

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TEFÉ – CEST
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

RODRIGO AQUINO DE LIMA

**INTEGRAÇÃO DESINTEGRADORA: OS WAIMIRI-ATROARI E OS CONFLITOS
NO POSTO INDÍGENA DE ATRAÇÃO ALALAÚ II EM 1974**

TEFÉ – AM
2021

RODRIGO AQUINO DE LIMA

**INTEGRAÇÃO DESINTEGRADORA: OS WAIMIRI-ATROARI E OS CONFLITOS
NO POSTO DE ATRAÇÃO ALALAU II EM 1974**

Monografia apresentada ao Centro de Estudos Superiores de Tefé da Universidade do Estado do Amazonas CEST/UEA, como requisito para obtenção do título de Graduado em História.

Orientador: Prof. Me. Tiago Fonseca dos Santos

TEFÉ – AM

2021

FICHA CATALOGRÁFICA

LIMA, Rodrigo Aquino De. **INTEGRAÇÃO DESINTEGRADORA: OS WAIMIRI-ATROARI E OS CONFLITOS NO POSTO DE ATRAÇÃO ALALAÚ II EM 1974.** Trabalho de conclusão de curso em Licenciatura em História. Universidade do Estado do Amazonas (UEA) Centro de Estudos Superiores de Tefé.

Orientador: Prof. Me. Tiago Fonseca dos Santos

P. 70

Palavras-chave: Ditadura Militar; Amazônia; Waimiri-Atroari; Resistência.

TERMO DE APROVAÇÃO

RODRIGO AQUINO DE LIMA

INTEGRAÇÃO DESINTEGRADORA: OS WAIMIRI-ATROARI E OS CONFLITOS NO POSTO DE ATRAÇÃO ALALAUÍ II EM 1974

Monografia aprovada como requisito à obtenção do título de graduado, Curso de Licenciatura em História, Centro de Estudos Superiores de Tefé, Universidade do Estado do Amazonas, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Me. Tiago Fonseca dos Santos (Orientador)
Universidade do Estado do Amazonas – UEA

Prof. Dr. César Augusto Bubolz Queirós
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Prof. Me. Eduardo Gomes da Silva Filho
Universidade Federal de Roraima – UFRR

Tefé, 13 de dezembro de 2021

Dedico este trabalho a minha mãe Maria Joana.

AGRADECIMENTOS

Em uma de suas aulas um dos muitos professores que tive disse que a pesquisa histórica tem ao menos duas dimensões, uma coletiva e outra individual. A primeira é a forma com o resultado das investigações é socializado na comunidade e a segunda se refere mais especificamente a oficina do historiador, isto é, ao pesquisar, revisar a bibliografia, coletar dados, escrever o texto, etc. este último subtrai horas, dias, meses do tempo que o pesquisador tem. Nesse sentido, ao encerrar mais este ciclo em minha vida, muitas pessoas precisam ser lembradas, seja pela compreensão da minha ausência ou pela contribuição de alguma forma para realização desta pesquisa.

À minha mãe Maria Joana pelo apoio incondicional em todos os momentos, pelo amor, carinho e cuidado que sempre teve, apesar da distância. Ao meu padrasto Raimundo Nonato, por cuidar da minha mãe enquanto estive longe e por sempre nos ajudar nos momentos financeiros mais delicados.

Aos meus amigos que levarei para toda a vida. Francisco da Silva (mais conhecido como Thibério) e Robert Bicharra, com quem eu dividi um quarto na Casa do Estudante de Tefé por anos. Também Alexandre Araújo, Manoel Roberto, Kevin Soares, por terem compartilhado vários bons momentos e pelas rodas de conversas produtivas “sobre História”.

Ao meu orientador Tiago Santos que aceito a proposta de pesquisa ainda no segundo período da graduação. Na época eu tinha interesse Ditadura Militar e Amazônia, mas não sabia os caminhos para trilhar. Começamos na Iniciação Científica e finalizamos com esta monografia. A experiência foi muito enriquecedora.

Aos meus mestres, Alcemir Teixeira, Luciano Teles, Tenner Abreu, Yomarley Holanda e Cristiane da Silveira por contribuírem significativamente na minha formação como professor e pesquisador.

Aos versos do Racionais MC's, por proporcionarem através de sua arte um grito de resistência que muito nos motivou em dias difíceis. Por nos lembrarem que “A vida é um desafio” e “por você ser preto, você tem que ser duas vezes melhor”.

A todos vocês, muita gratidão!

RESUMO

A presente pesquisa aborda os conflitos que ocorreram nos Postos Indígenas de Atração (P.I.A.) no processo de construção da BR-174, rodovia que atravessou o território ocupado pelos Waimiri-Atroari, no período da Ditadura Militar. O objetivo consiste em analisar e discutir como ocorreu a resistência por parte desses indígenas, no episódio ocorrido em outubro de 1974 no P.I.A. Alalaú II, no rio Alalaú. A pesquisa histórica sobre os impactos da Ditadura Militar na Amazônia tem avançado nos últimos anos, no entanto, ainda carecem de mais estudos sobre o tema, além disso, esta pesquisa utiliza como fonte a documentação desclassificada – outrora sigilosa – presente no Arquivo que pouco foi explorada, com isso se pretende contribuir com a historiografia com estudos sobre a temática, haja visto que as disputas de memória sobre o período ainda estas postas. No que se refere aos aspectos metodológicos, foi adotado uma abordagem qualitativa com o uso da Análise de Conteúdo como técnica para o trabalho com as fontes. Em vista disso, foi possível constatar que a resistência dos Waimiri-Atroari foi efetiva, na medida em que eles não se abstiveram de defender seu território tradicional da invasão imposta pelo Governo Federal com o avanço de seus projetos de “desenvolvimento”.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Amazônia; Waimiri-Atroari; Resistência.

ABSTRACT

This research addresses the conflicts that occurred at the Indigenous Attraction Posts (P.I.A.) in the process of building the BR-174, a highway that crossed the territory occupied by the Waimiri-Atroari, during the period of the military dictatorship. The objective is to analyze and discuss how the resistance on the part of these indigenous people occurred, in the episode that occurred in October 1974 in the P.I.A. Alalaú II, on the Alalaú River. Historical research on the impacts of the military dictatorship in the Amazon has advanced in recent years, however, further studies on the subject are still needed, in addition, this research uses as a source the declassified documentation - once confidential - present in the Archive that was little explored, with this it is intended to contribute to historiography with studies on the subject, given that memory disputes about the period are still in place. With regard to methodological aspects, a qualitative approach was adopted using Content Analysis as a technique for working with sources. In view of this, it was possible to verify that the resistance of the Waimiri-Atroari was effective, in that they did not refrain from defending their traditional territory from the invasion imposed by the Federal Government with the advancement of their "development" projects.

Keywords: Military dictatorship; Amazon; Waimiri-Atroari; Resistance.

LISTA DE SIGLAS

ASI	-	Assessoria de Segurança e Informações.
AESI	-	Assessoriais Especiais de Segurança e Informações.
BASA	-	Banco da Amazônia Sociedade Anônima.
BEC	-	Batalhão de Engenharia da Construção.
CIE	-	Centro de Informações do Exército.
CISA	-	Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica.
CENIMAR	-	Centro de Informações da Marinha.
CIMI	-	Conselho Indigenista Missionário.
CEST	-	Centro de Estudos Superiores de Tefé.
CMA	-	Comando Militar da Amazônia.
CNBB	-	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.
CNV	-	Comissão Nacional da Verdade.
CSN	-	Conselho de Segurança Nacional.
CGI	-	Comissão Geral de Investigação.
COAMA	-	Coordenação da Amazônia.
DSI	-	Divisões de Segurança e Informações.
DER/AM	-	Departamento de Estradas e Rodagem / Amazonas.
DNER	-	Departamento Nacional de Estradas e Rodagem.
DSN	-	Doutrina de Segurança Nacional.
EUA	-	Estados Unidos da América.
FUNAI	-	Fundação Nacional do Índio.
FAB	-	Força Aérea Brasileira.
FAWA	-	Frente de Atração Waimiri-Atroari.
FUNAI	-	Fundação Nacional do Índio.
FAB	-	Força Aérea Brasileira.
FUNAI	-	Fundação Nacional do Índio.
I PDA	-	Primeiro Plano de Desenvolvimento da Amazônia.
I PQDAM	-	Primeiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia.
I PQVEA	-	Primeiro Plano Quinquenal de Valorização Econômica da Amazônia.
II PDA	-	Segundo Plano de Desenvolvimento da Amazônia.

III PDA	-	Terceiro Plano de Desenvolvimento da Amazônia.
INPA	-	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.
INCRA	-	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
INPA	-	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.
JC	-	Jornal do Comercio de Manaus.
MAREWA	-	Movimento de Apoio à Resistência Waimiri-Atroari.
MINTER	-	Ministério do Interior.
PIN	-	Plano de Integração Nacional.
PIN	-	Programa de Integração Nacional.
PIA	-	Posto Indígena de Atração.
PWA	-	Programa Waimiri-Atroari.
PPGH	-	Programa de Pós-Graduação em História.
SPI	-	Serviço de Proteção aos Índios.
SNI	-	Serviço Nacional de Informações.
SPVEA	-	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.
SUDAM	-	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.
SUFRAMA	-	Superintendência da Zona Franca de Manaus.
TI	-	Terra Indígena.
UFAM	-	Universidade Federal do Amazonas.
UFRR	-	Universidade Federal de Roraima.
UEA	-	Universidade do Estado do Amazonas.
UHE	-	Usina Hidrelétrica.
URSS	-	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.
WA	-	Waimiri-Atroari.
ZFM	-	Zona Franca de Manaus.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I.....	27
1. A (DES) INTEGRAÇÃO NACIONAL: DITADURA MILITAR, AMAZÔNIA E OS WAIMIRI-ATROARI.....	27
1.1. O avanço da fronteira de exploração capitalista sobre a Amazônia.	27
1.2. Os Waimiri-Atroari e a Ditadura Militar.	37
CAPÍTULO II.....	44
2. “O PROBLEMA WAIMIRI ATROARI”: A BR-174 E OS CONFLITOS NO RIO ALALAÚ.....	44
2.1. A construção da BR-174 e a criação da Frente de Atração Waimiri-Atroari (FAWA).....	44
2.2. A resistência Waimiri-Atroari e o episódio do Posto Indígena de Atração Alalaú II.....	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
FONTES.....	70
REFERÊNCIAS.....	72

INTRODUÇÃO

Por que pesquisar sobre a Ditadura Militar brasileira (1964-1985)? Esse questionamento torna-se pertinente na medida em que os estudos históricos se mostram significativos quando estão articulados com os problemas do presente. No Brasil hoje, os historiadores estão inseridos em um debate contra o avanço do negacionismo e revisionismo politicamente orientado que tem se disseminado na sociedade brasileira. Um dos temas que mais frequentemente está presente nessas discussões é o período da Ditadura Militar, por isso seu estudo é fundamental.

Com a eleição de Jair Messias Bolsonaro para o cargo de presidente do Brasil em 2018, o conjunto de apoiadores que estava com ele, também responsáveis pela disseminação de teses negacionistas e revisionistas sobre temas da História do Brasil, chegaram ao poder. Nesse contexto, não foram poucas às vezes que foram registrados faixas e cartazes com pedidos de intervenção militar e volta da Ditadura. Esse processo é anterior ao que culminou com a eleição de Bolsonaro, já em 2013 na onda de manifestações que ocorreram, pode-se também observar a presença de pedidos de volta do período militar. Portanto, se conclui que as disputas de memória sobre o período em questão ainda estão postas, nesse sentido, os pesquisadores podem contribuir no debate com a pesquisa histórica séria e bem fundamentada, a partir das fontes que estão disponíveis sobre o período.

Para o historiador Carlos Fico, existem várias formas de se contar a história da Ditadura Militar, seja através da “A crônica política, os caminhos da resistência, a escalada da repressão, as transformações econômicas (...)” (FICO, 2007, p. 169). Nesse sentido, o presente estudo se enquadra de pesquisas que buscam, através dos caminhos da resistência como foi assinalado por Carlos Fico, discutir a Ditadura Militar brasileira.

Nesse contexto, os militares ao assumirem o poder no Brasil buscaram formular planos para avanço com a exploração econômica sobre a Amazônia. Assim, o historiador Eduardo Gomes da Silva Filho em *A Amazônia e o plano de integração nacional: os projetos de expansão e o avanço do capital nas sociedades tradicionais*, comenta:

Com o golpe civil-militar de 1964 a Amazônia brasileira foi posta na rota de exploração econômica gerada a partir de uma estratégia política de expansão

da fronteira agropecuária, concessão de incentivos fiscais, construção de polos minerais e siderúrgicos, rodovias, hidrelétricas, além da exploração de madeiras. (SILVA FILHO, 2016, p. 137).

Nesse contexto, um desses projetos foi a construção da BR-174 (Manaus – Caracará – Boa Vista), que interligaria os atuais estados do Amazonas e Roraima. Entretanto, o traçado dessa rodovia foi planejado para atravessar o território dos índios Waimiri-Atroari, conhecidos na região pela resistência que impõe na defesa de seu território.

Reconhecendo que a passagem pelo território dos Waimiri-Atroari não seria uma tarefa simples, os responsáveis pela construção da estrada buscaram estabelecer uma colaboração com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para a realização da atração e “pacificação” daqueles índios. Em vista disso, o antropólogo Stephen Grant Baines afirma:

(...) havia uma colaboração estreita entre o Exército e a FUNAI, na construção da estrada BR 174 e no estabelecimento e na manutenção da Frente de Atração, o que marcou o início da implantação de grandes obras na área, dirigidas pelo Governo Federal. A Frente de Atração Waimiri-Atroari foi criada para viabilizar a sua realização. (BAINES, 1990, p. 95)

Portanto, se estabeleceu a ponta de lança para o contato com os Waimiri-Atroari. Nos anos que se seguiram da construção da rodovia, foram registrados vários casos nesses Postos Indígena de Atração – sabe-se que existiam no território Waimiri-Atroari os seguintes postos: Camanaú, Abonari I e II, Alalaú I e II. Um desses ocorreu no Posto Indígena de Atração Alalaú II em outubro de 1974, tido como objeto de estudo nesta investigação. Desse modo, cabe os seguintes questionamentos: Como ocorreram esses conflitos? Quem estava envolvido? Quais foram as consequências para os indígenas?

O objetivo deste estudo é discutir a resistência dos Waimiri-Atroari a partir desses episódios que ocorreram nos Postos Indígenas de Atração. Com isso, pretende-se compreender o que acabou motivando essa ação, assim como identificar qual a forma de resistência foi utilizada e também buscar avaliar os impactos desse projeto sobre os índios. Em vista disso, os estudos dessas ações de resistência contribuem para o entendimento que as sociedades tradicionais da Amazônia não se eximiram de lutar pela defesa de suas terras em função da invasão efetuada pelo governo militar da época.

O tema da Ditadura Militar e seus impactos sobre a Amazônia, mais especificamente sobre o estado do Amazonas – apesar da pesquisa histórica ter avançado significativamente nos últimos anos – ainda carecem de estudos para serem realizados. À vista disso, o historiador César Augusto Bubolz Queirós faz a seguinte avaliação:

A história da Ditadura Militar no estado do Amazonas ainda carece de estudos. Há uma grande lacuna sobre o período e a disputa pela memória sobre a ditadura está em aberto. Muito ainda há se pesquisar acerca dos impactos da Ditadura Militar sobre a Amazônia e sobre o estado do Amazonas e falar sobre o período na região Norte é sempre bastante complicado. Existe uma crença generalizada de que a região não sofreu com a repressão, a censura e o autoritarismo. Ledo engano! (QUEIRÓS, 2019, p. 39b)

Como foi registrado acima, existe o entendimento de que a região não acabou sofrendo com os impactos do regime que se instalou no Brasil em 1964. Essa questão, em grande medida intrigou este pesquisador que ainda no segundo período do curso de História do Centro de Estudos Superiores de Tefé (CEST/UEA) se interessou pelo tema. Assim, com a participação no Programa de Apoio à Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (PAIC-FAPEAM), o pesquisador se aproximou dos debates em âmbito local. Nesse sentido, com essa pesquisa pretende-se contribuir com a historiografia regional sobre os impactos da Ditadura Militar sobre a Amazônia, de modo que se possa superar com a pesquisa histórica, essa compreensão da Ditadura como sendo “branda”.

Outro aspecto que se pretende destacar é a utilização da documentação desclassificada presente no Arquivo Nacional sobre o período da Ditadura Militar, relacionando com o tema dos impactos desse regime sobre a Amazônia. Ao contrário do que se pensa, muitos acervos do regime militar foram preservados para a posteridade, obviamente alguns ainda se encontram inacessíveis como dos órgãos de inteligência das Força Armadas (FICO, 2008). Mesmo assim, as fontes históricas sigilosas estão disponíveis para consulta no Arquivo Nacional, e tendo vista que ainda foram pouco exploradas pela historiografia regional, se busca com essa pesquisa analisar parte dessa documentação e relacionar com o tema Ditadura Militar e Amazônia.

Na efeméride de (des) comemoração dos 50 anos do golpe de 1964 no ano de 2014 – assim como a publicação do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade

– uma série de debates sobre o tema da Ditadura foram realizados. À vista disso, uma das questões de destaque foi o enfoque na atribuição do elemento civil na participação do golpe e no regime militar, caracterizando este como uma ditadura civil-militar, historiadores como Daniel Aarão Reis estão a frente deste postulado.

No entanto, Carlos Fico em *Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas* argumenta que o golpe não foi apoiado, e sim efetivamente dado por civis e militares (FICO, 2017). O referido historiador discorre sobre o assunto dizendo que tudo em política pode ser analisado em função do conjunto de relações que são estabelecidas, assim como o poder de mando no decorrer do regime foi dos militares e não dos civis (FICO, 2017). Portanto, a partir das considerações expostas, no decorrer deste trabalho será utilizada a denominação Ditadura Militar.

Com o avanço dos projetos da Ditadura sobre a Amazônia, vários conflitos e episódios de resistência por parte das sociedades tradicionais habitantes do território foram registrados. No que se refere aos índios tidos como objetos de estudo dessa investigação, pode dizer que teve um “(...) processo sistemático de extermínio do povo Waimiri-Atroari para a expropriação do seu território e dos recursos naturais ali existentes (...)” (COMITÊ DA VERDADE DO AMAZONAS, 2012, p. 3) Apesar disso, esses indígenas lutaram contra a invasão de suas terras, no entanto “(...) esta resistência foi severamente combatida pelos militares, empreiteiros e grileiros, além dos interessados na exploração de minérios e dos recursos hídricos, que estavam em seu território tradicionalmente ocupado. (SILVA FILHO, 2015, p. 48).

No que se refere aos aspectos metodológicos, a pesquisa se insere numa abordagem qualitativa que “(...) aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas.” (MINAYO, 1994, p. 22). Em vista disso, para análise das fontes, a pesquisa se vale da técnica da Análise de Conteúdo, para o trabalho com as fontes documentais e impressas.

A presente pesquisa encontra-se dividida em duas partes. No primeiro capítulo, se discute a expansão da exploração econômica sobre a Amazônia a partir da segunda metade do século XX, no contexto da Ditadura Militar, bem como os aspectos metodológicos da pesquisa. Sendo assim, se inicia com a apresentação das tentativas de valorização econômica da região antes do golpe de 1964, em seguida, no contexto da Ditadura Militar se discorre sobre os projetos de desenvolvimento para a Amazônia, assim como os impactos destes para as populações tradicionais que habitavam o

território, no caso dessa investigação, os índios Waimiri-Atroari. Destarte, o capítulo encerra com o debate sobre o uso da documentação desclassificada do período da Ditadura Militar presente no Arquivo Nacional na pesquisa histórica em relação com a Amazônia, e também o uso da Análise de Conteúdo para o trabalho com as fontes.

No segundo capítulo, discutido a construção da rodovia BR-174 e também a criação das Frentes de Atração que atuaram no contato com os Waimiri-Atroari, em busca de sua “pacificação”. Neste ínterim, se busca contextualizar a invasão do território indígena Waimiri-Atroari, que foi atravessado pelo traçado da rodovia em questão, assim como a atuação dos funcionários da FUNAI nessas frentes que foram formadas. Por conseguinte, na parte final do capítulo a análise é direcionada para um episódio que ocorreu no Posto Indígena de Atração Alalaú II em outubro de 1974, em que se busca relacionar o episódio com a resistência dos Waimiri-Atroari ao processo de invasão de suas terras pelos projetos da Ditadura Militar.

A pesquisa histórica constitui-se a partir das fontes, registros do passado que são analisados pelo historiador em busca de tornar inteligível o episódio que faz parte de seu objeto de estudo, em forma de narrativa. As “Fontes Históricas” para lembrar o título do livro da Carla Pinsky, são diversificadas, e dependem dos aportes teórico-metodológicos do pesquisador e de seu tema de pesquisa, por exemplo o uso da História Oral está limitada aos sujeitos que vivenciaram determinado fato, e que ainda estão vivos. Neste caso, para períodos de tempo mais recuados, o pesquisador deve lançar mão de outras fontes, sejam elas documentais, bibliográficas, arqueológicas, impressas etc.

Neste estudo, as fontes selecionadas para análise fazem parte dos acervos desclassificados presentes do Arquivo Nacional. O tema da pesquisa está circunscrito no período em que o país esteve em uma Ditadura Militar (1964-1985). Nesse sentido, é de conhecimento da opinião pública e da comunidade científica a existência de arquivos dos órgãos – de inteligência, espionagem etc. – que são importantes para os historiadores discutirem o período. Nesse contexto, o historiador Carlos Fico em uma avaliação sobre o tema afirma que “(...) não podemos desconhecer que a Ditadura Militar brasileira é uma das que, na América Latina, legou um expressivo acerto de documentos outrora sigilosos e já disponíveis à consulta pública por meio dos diversos arquivos públicos do país.” (FICO, 2008, p. 68).

Essa documentação, outrora sigilosa como mencionou Carlos Fico, foi enviada anos depois do fim da Ditadura para o Arquivo Nacional. A Constituição de 1988

garantiu o acesso aos documentos, nela “Entre as diversas garantias individuais, a Constituição Federal proclama o direito de todo cidadão receber dos órgãos públicos informações que sejam de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral.” (ISHAQ e FRANCO, 2008, p. 29). Com essa prerrogativa, civis e pesquisadores puderam solicitar o acesso a essa documentação do período militar.

Nesse contexto produzido pelas diretrizes da Constituição, acervos importantes do regime militar brasileiro foram transferidos para o Arquivo Nacional. À vista disso, Vivien Ishaq e Pablo Franco assinalam que:

Um passo importante, dado nesta direção por parte do governo, foi a edição do Decreto 5.584, de 18 de novembro de 2005, que determinou a entrega dos acervos dos extintos Serviço Nacional de Informações (SNI), do Conselho de Segurança Nacional (CSN) e da Comissão Geral de Investigação (CGI), até então sob a guarda da Agência Brasileira de Inteligência ABIN, ao Arquivo Nacional. (ISHAQ e FRANCO, 2008, p. 30)

A documentação que foi analisada pertence ao acervo do antigo Sistema Nacional de Informações (SNI). Este, conforme Vivien Ishaq e Pablo Franco:

(...) é composto por documentos produzidos pelo SNI e recebidos dos diversos órgãos que compunham o extinto Sistema Nacional de Informações e Contra-Informações – SisNI (em microficha), como a Política Federal e os serviços secretos das Forças Armadas (...) (ISHAQ e FRANCO, 2008, p. 30).

Com essas fontes, pretende-se analisar os conflitos que ocorreram nos Postos de Atração da FUNAI no território dos Waimiri-Atroari, no processo de construção da BR-174, verificando se esses fatos estavam sendo monitorados por este órgão do regime militar.

Para fins de exposição, apresentar-se-ia brevemente a organização da produção de documentos no seio do SNI, explicitando as estruturas setoriais de informação. Portanto, sabe-se que “Para os órgãos públicos, tais estruturas eram Divisões de Segurança e Informações (DSI), Assessoriais Especiais de Segurança e Informações (AESI), e Assessorias de Segurança e Informações (ASI).” (ISHAQ e FRANCO, 2008, p. 34). Dessa forma, pode-se perceber como estava dividido a produção de documentos sigilosos dentro do SNI.

As Divisões de Segurança e Informação (DSI) foram organizações importantes para articulação dos Ministros de Estado, em relação aos assuntos de Segurança Nacional. Conforme Vivien Ishaq e Pablo Franco “(...) eram órgãos complementares

do Conselho de Segurança Nacional, mantendo subordinação direta aos respectivos Ministros de Estado e estreita colaboração com a Secretaria-Geral do CSN e com o SNI.” (ISHAQ e FRANCO, 2008, p. 35). Por outro lado, ainda existiam as ASI e AESI, que eram subordinadas à DSI. Nesse sentido, Ishaq e Franco reiteram que:

Ainda foram criadas, nos órgãos vinculados e empresas públicas da Administração Pública Federal, as Assessorias de Segurança e Informações (ASI) e as Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI), que eram instaladas nos órgãos vinculados aos ministérios (autarquias e empresas públicas) e eram subordinadas às DSI de seus respectivos ministérios. (ISHAQ e FRANCO, 2008, p. 35-36)

Portanto, é possível notar que a produção e difusão de informação no seio do SNI era complexa. Nesse contexto, observa-se as várias Divisões de Segurança e Informações espalhadas pelos ministérios, e ainda por cima as ASI e AESI que também compunham esse sistema, colaborando com a difusão e produção de documentos. Boa parte desse material, que está presente no Arquivo Nacional está disponível para consulta pública, e mostra-se um manancial de informações sobre os anos da Ditadura Militar que podem ser analisados pelos historiadores.

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa. Esta perspectiva é muito comum nas Ciências Sociais, em que a metodologia busca auxiliar no processo de pesquisa de não quantificáveis. Desse modo, para Maria Cecília Minayo a pesquisa qualitativa “(...) trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.” (MINAYO, 1994, p. 21-22). Portanto, o fenômeno social que foi estudado faz parte dessa dimensão da realidade que não é quantificável, mas que tem uma metodologia que busca dar conta do fenômeno.

A partir dos pressupostos da abordagem qualitativa, foram realizadas duas etapas, ou melhor, dois processos de pesquisa, a primeira foi bibliográfica e a segunda documental. A revisão da literatura sobre um determinado campo de estudo é fundamental para qualquer pesquisa, é nesse contexto que o pesquisador se depara com os debates sobre os temas, quais os problemas, fontes, abordagens, aportes teóricos-metodológicos estão sendo utilizados. E com isso, faz um balanço do que pode ser aproveitado para seu estudo. Uma boa revisão bibliográfica pode ser fundamental para manter o estudo em questão atualizado com os debates sobre o

tema, evitando usar abordagens, conceitos e métodos que já estejam sendo criticados e revisados pela historiografia.

Neste caso particular, o processo de pesquisa bibliográfica é feito desde a participação do autor no Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC/FAPEAM) no decorrer na graduação. Com uma pesquisa de mapeamento dos impactos da Ditadura no Amazonas a partir da historiografia acadêmica amazonense, foi possível aproximar-se dos debates mais atuais sobre a Ditadura Militar, Amazônia e o avanço da fronteira de exploração capitalista sobre ela na segunda metade do século XX. Com isso, foi possível constatar algumas lacunas na historiografia, em que muitos estudos ainda carecem de ser realizados, como aponta Queirós (2020).

A pesquisa documental foi realizada a partir do acervo do Sistema Nacional de Informações (SNI) presente no Arquivo Nacional. Essa documentação, que agora está desclassificada e disponível para consulta pública a partir do site da instituição, demonstrou ser um manancial de informações sobre o regime militar, pois os órgãos de inteligência e segurança, com todo aparato do sistema de espionagem, estavam produzindo e difundindo informações sobre instituições e pessoas o tempo em que o SNI existiu. Disponível essa documentação, os historiadores podem ter acesso a informações privilegiadas sobre o funcionamento desses órgãos e quais informações eles disseminavam sobre instituições e pessoas.

A abordagem qualitativa junto com a técnica da Análise de Conteúdo – tida para leitura e interpretação dos documentos – forma o aporte metodológico da pesquisa. A Análise de Conteúdo tem a finalidade de “(...) classificar e categorizar qualquer tipo de conteúdo, reduzindo suas características a elementos-chave, de modo com que sejam comparáveis a uma série de outros elementos.” (CARLOMAGNO E ROCHA, 2016, p. 175). Nesta perspectiva, a utilização dessa técnica permite ao pesquisador “(...) de forma sistemática, a descrição das mensagens e das atitudes atreladas ao contexto da enunciação, bem como as inferências sobre os dados coletados.” (CAVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014, p. 14). Portanto, a AC pode contribuir significativamente para o trabalho com dados coletados da pesquisa.

Para uma definição mais elaborada sobre esta técnica, Janis (1982 [1949], p. 53) apud Carlomagno e Rocha (2016, p. 175) afirma que:

A análise de conteúdo fornece meios precisos para descrever o conteúdo de qualquer tipo de comunicação: jornais, programas de rádio, filmes, conversações quotidianas, associações livres, verbalizadas, etc. As

operações da análise de conteúdo consistem em classificar os sinais que ocorrem em uma comunicação segundo um conjunto de categorias apropriadas. (CARLOMAGNO E ROCHA, 2016, p. 175)

Além disso, a AC apresenta funções específicas que contribuem para o desenvolvimento da pesquisa, assim, observa-se que:

Atualmente podemos destacar duas *funções na aplicação da técnica*. Uma se refere à *verificação de hipóteses e/ou questões*. Ou seja, através da análise de conteúdo, podemos encontrar respostas para as questões formuladas e também podemos confirmar ou não as afirmações estabelecidas antes do trabalho de investigação (hipóteses). A outra função diz respeito à *descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos*, indo além das aparências do que está sendo comunicado. As duas funções podem, na prática, se complementar e podem ser aplicadas a partir de princípios da pesquisa quantitativa ou da qualitativa. (GOMES, 1994, p.74, grifo do autor).

Entretanto, o uso da Análise de Conteúdo, como demonstrado acima, pode contribuir significativamente no processo de pesquisa documental, pois lida com contextualização e interpretação de textos. Estes últimos aspectos serão tratados a seguir.

José D'Assunção Barros em *O campo da história: especialidades e abordagens* discute alguns dos domínios, dimensões e abordagens que compõem os estudos em históricos nas últimas décadas. Neste livro o autor trata, de forma mais específica, de questões metodológicas quando vai discutir algumas abordagens, dentre as quais a análise de textos, ou melhor, considerações sobre o assunto. Com isso, é possível avaliar criticamente a produção de um texto, bem como o seu sentido e sua circulação. Dessa forma, Barros considera que:

Quando alguém utiliza determinadas expressões e palavras, já está dizendo algo ao bom analista de textos, independente dos sentidos que ele pretende atribuir às palavras. A presença de certas imagens em um discurso, a recorrência de determinadas palavras, a maneira de organizar uma narrativa, as referências intertextuais (a outros textos) – sejam estas voluntárias, explícitas, implícitas ou involuntárias – tudo isto fala por si mesmo independente do ser falante que pronuncia o discurso. (BARROS, 2004, p. 135).

Conforme visto acima, o texto – neste caso, a fontes documentais, que são tidas para análise – são carregados de sentidos, sendo estes passíveis de avaliação do historiador.

Para Barros (2004) a grandeza de um texto consiste na sua mutua função de objeto de significação e de comunicação entre os sujeitos. À vista disso, pode-se dizer

que todo texto tem uma dimensão organizacional que busca ter sentido (interna), e ao mesmo tempo que ele é comunicativo pois estabelece o diálogo entre remetente e o destinatário. Para Barros (2004) o texto enquanto objeto de significação pode ser analisado em seus aspectos internos, enquanto objeto de comunicação pode ser analisado o contexto na qual o texto é produzido, sendo este o responsável pela atribuição de sentido no texto.

Portanto, José D'Assunção Barros assinala que “A perspectiva mais útil para a História é considerar mesmo o texto a partir da dualidade que define enquanto ‘objeto de significação’ e ‘objeto de comunicação’.” (BARROS, 2004, p. 136). Entretanto, a análise de texto para o autor consiste na consideração de aspectos internos (o texto em si, e sua organização de sentido) e externo, o contexto socio cultural que atribuí o devido sentido para aquele texto.

Neste íterim de considerações sobre análise textual, Barros (2004) acrescenta que o historiador pode ter uma análise mais produtiva a partir do tríplice abordagem do intratexto, intertexto e contexto. Para caracterizar esses processos de análise, o historiador diz:

O “intratexto” corresponde aos aspectos internos do texto e implica exclusivamente na avaliação do texto como objeto de significação; o “intertexto” refere-se ao relacionamento de um texto com outros texto; e o contexto corresponde à relação do texto com a realidade que o produziu e que o envolve. (BARROS, 2004, p. 137).

Com isso, é possível ter uma avaliação mais completa da fonte textual que se pretende usar. Nesta perspectiva, questiona-se a produção do texto em seus aspectos internos, o intratexto, assim pergunta-se: o que este texto fala? Na dimensão do intertexto, se observa com quais outros textos ele se comunica, assim, questiona-se: com quem fala? E por fim, o contexto refere-se aos aspectos externos da produção, a sociedade da época, os sujeitos da comunicação (remetentes e destinatários), questiona-se: para quem fala? Todos esses aspectos envolvem a análise textual, e podem ser importantes para o historiador no processo de pesquisa.

Portanto, neste capítulo pretendeu-se discutir a expansão da exploração sobre a Amazônia no contexto da Ditadura Militar. Assim, foi evidenciado que esse processo foi repleto de conflitos com as populações tradicionais que habitavam o território. Uma delas foram os Waimiri-Atroari, que tiveram seu território invadido pelo traçado da BR-174. Nesse contexto, a FUNAI se fez presente através das Frentes de Atração,

responsáveis por manter contato com os índios. Por conseguinte, muitas ocorrências de conflitos foram registradas, e uma delas vai ser objeto de estudo do próximo capítulo.

CAPÍTULO I

1. A (DES) INTEGRAÇÃO NACIONAL: DITADURA MILITAR, AMAZÔNIA E OS WAIMIRI-ATROARI.

Neste capítulo, pretende-se apresentar e discutir a expansão da exploração econômica sobre a Amazônia a partir da segunda metade do século XX e os aspectos metodológicos da pesquisa. Dessa forma, a discussão inicia com as tentativas de valorização econômica da região do antes do golpe de 1964, em seguida, no contexto da Ditadura Militar se discorre sobre os projetos de desenvolvimento para a Amazônia, bem como os impactos destes para as populações tradicionais que habitavam o território, neste estudo, os índios Waimiri-Atroari. Por fim, o capítulo encerra com o debate sobre o uso da documentação desclassificada do período da Ditadura Militar presente no Arquivo Nacional na pesquisa histórica sobre o referido recorte temporal em relação com a Amazônia. Além disso, se apresenta a Análise de Conteúdo como técnica para estudo dessa documentação, assim como os recortes de jornais da época, que foram utilizados na pesquisa.

1.1. O avanço da fronteira de exploração capitalista sobre a Amazônia.

Desde a segunda metade do século XX a Amazônia¹ foi efetivamente concebida como a fronteira última do avanço da exploração capitalista. Os militares que assumiram o poder em 1964 foram os responsáveis por conduzir esse processo. Com isso, norteados por pressupostos desenvolvimentistas, foram realizadas construções de obras de infraestrutura e projetos de exploração do território. Nesse contexto, Eduardo Gomes da Silva Filho afirma que:

¹ A extensão territorial da Amazônia é maior que as fronteiras do Brasil, abrangendo outros países da América do Sul. Em vista disso, no decorrer deste estudo, quando a categoria Amazônia estiver em debate, é de conhecimento do leitor que o autor está se referindo a Amazônia brasileira, mais especificamente a Amazônia Legal. Segundo o Artigo 2 da Lei Nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, que *dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências* que “A Amazônia, para os efeitos desta lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Acre, Pará e Amazonas, pelos Territórios Federais do Amapá, Roraima e Rondônia, e ainda pelas áreas do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo de 16°, do Estado de Goiás a norte do paralelo de 13° e do Estado do Maranhão a oeste do meridiano de 44°.” (BRASIL, 1966).

Com o golpe civil-militar de 1964, a Amazônia brasileira foi posta na rota de exploração econômica gerada a partir de uma estratégia política de expansão da fronteira agropecuária, concessão de incentivos fiscais, construção de polos minerais e siderúrgicos, rodovias, hidrelétricas, além da exploração de madeiras. No entanto, as estratégias geopolíticas e a tentativa de dominação territorial, não levaram em consideração o modo de vida das sociedades tradicionais da Amazônia. (SILVA FILHO, 2015, p. 28)

O planejamento para a realização dessa expansão não considerou, como foi indicado acima, as sociedades que habitavam no território. Em vista disso, essas populações tradicionais da Amazônia estiveram na luta pela defesa de suas terras, ocasionando muitos conflitos e episódios de resistência.

Apesar disso, as tentativas de valorização econômica da Amazônia remontam o tempo dos primeiros colonizadores. Por um longo período, essas atividades foram extrativistas, em que as pessoas – geralmente mão de obra indígena – adentravam as florestas e buscavam gêneros que pudessem ser comercializados². No período colonial, verificou-se a formação de canoas com mão de obra indígena que eram responsáveis por essa atividade. Dessa forma, emergem várias legislações que buscam controlar essa força de trabalho, pois essa era fundamental para atividade econômica da época. Assim, em síntese, o pesquisador Paulo Pinto Monte indica:

As relações entre índios e brancos na Amazônia sempre tiveram como característica, desde o início de sua ocupação, formas conflituosas e violentas. O empreendimento para a sua conquista só foi possível com a expropriação das terras tribais e o aproveitamento e exploração da força de trabalho das nações indígenas. Constituiu-se como fundamento dos conflitos que ocorreram na Amazônia, desde o início do século XVII até meados do século XVIII, o modelo de economia mercantil-extrativista imposto pelos colonizadores sobre as populações indígenas, radicalmente incompatível com o tipo de economia praticada pelos povos da região, assim como suas

² O historiador Francisco Jorge dos Santos em *Além da conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia pombalina*, assinala alguns desses gêneros, como o “(...) cacau selvagem, a canela do mato, o cravo, a salsaparrilha, a castanha-do-pará, a piaçava, as sementes oleaginosas (andiroba, copaíba), o gengibre, o puxuri, a baunilha, a tinta de urucum, o anil, a madeira e produtos do reino animal.” (SANTOS, 2002, p. 17-18). Por outro lado, o pesquisador Paulo Pinto Monte faz a seguinte afirmação sobre esse contexto: “A economia regional, durante esse período, orientou-se exclusivamente para a indústria extrativa. Procuravam-se as **‘drogas do sertão’, especiarias como cacau, baunilha, cravo, salsaparrilha além de outros produtos animais, como ovos de tartaruga**, por exemplo, cuja produção era encaminhada para a metrópole lusitana e tinha mercado certo na Europa. Posteriormente, foi incentivada a produção de manufaturados, trabalhados pela população local, cuja produção consistia nas manteigas das banhas e ovos de tartarugas, somente produzidas durante a vazante dos rios, louças fabricadas a mão, redes de algodão, maqueiras, cuias, chapéus de palha, etc. No século XVIII houve uma tentativa de diversificação da economia, predominantemente extrativa, para o fomento agrícola: desenvolveram-se plantações de café, cacau, tabaco, anil e algodão, e, além destes produtos, plantaram-se cana, arroz, feijão, milho, urucu, hortaliças e várias espécies alimentares nativas. Estas culturas, porém, não tiveram o mesmo êxito do negócio da ‘droga’ e da produção de manufaturados nas transações mercantis.” (MONTE, 1992, p. 11-12, grifo nosso).

relações de produção e de trabalho eram antagônicas às estabelecidas pelos interesses coloniais. (MONTE, 1992, p. 10)

Desde os momentos iniciais do avanço da colonização sobre a Amazônia, a resistência dos povos indígenas esteve presente. Observa-se que invasão de seu território tradicional e a busca, por parte do colonizador, de mudar seu modo de vida, constituiu o elemento norteador dessa luta, que perduraria por séculos.

Neste ínterim, mesmo antes dos projetos de desenvolvimento da Ditadura Militar, ocorreram outras iniciativas de organizar a atividade econômica na Amazônia. Algumas delas foram o Diretório Pombalino e o Plano de Valorização da Borracha (BATISTA, 2016). Estas últimas não discutidas, pois não faz parte do problema da pesquisa. No entanto, Elias Diniz Sacramento faz a seguinte consideração:

A Amazônia, em quase todo o seu século XX, pós-decadência do *boom* da borracha, se encontrava movida por uma economia estável. Com o declínio da *hevea brasiliense*, a região sofreu uma diminuição significativa no modelo econômico que estava se implementando nos tempos áureos da borracha. A Amazônia não parou, mas diminuiu bastante o ritmo de atividades econômicas, até a chegada dos militares ao poder, nos anos de 1960, quando os olhares se voltaram para a região novamente. (SACRAMENTO, 2015, p. 104-105)

Portanto, com a decaída da economia de exportação da borracha, a Amazônia passou a ter um ritmo de crescimento econômico menor. Isto posto, no governo de Getúlio Vargas novas diretrizes para a valorização econômica dessa região foram definidas. Em um discurso que ficara famoso, pronunciado no Teatro Amazonas em outubro de 1940, conhecido como “Discurso do Rio Amazonas”, Vargas já estava delineando alguns aspectos da política de desenvolvimento que seria adotada para a região nas décadas seguintes. Sendo assim, Iana Batista indica alguns desses pensamentos, como “(...) a apropriação dos componentes da natureza amazônica para fins de desenvolvimento econômico por meio de políticas e práticas agrícolas, industriais, energéticas, florestais e viárias.” (BATISTA, 2016, p. 46).

Com a Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953³ que *Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a Superintendência da sua execução e dá outras providências*, é criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica

³ BRASIL. Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/11806.htm> . Acesso em: 03 nov. 2021.

da Amazônia (SPVEA). Essa autarquia federal teve como missão de guiar o desenvolvimento econômico na Amazônia. Dessa forma, o historiador Carlos Eugenio Aguiar Pereira de Carvalho Renha acaba afirmando que “Os recursos destinados ao Plano de Valorização só poderiam ser aplicados em medidas, serviços, empreendimentos ou obras, que possuíssem fim estritamente econômico ou relação direta com a recuperação econômica da região (...)” (RENHA, 2017, p. 49). Dessa maneira, pode-se notar que o objetivo da criação da instituição estava relacionado com o direcionamento dos recursos para o desenvolvimento econômico da região.

No entanto, no contexto da Ditadura Militar a SPVEA foi substituída nos anos 1960 pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Com base na Lei nº 5173, de 27 de outubro de 1966⁴, que *dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências*, junto com outras mudanças que vieram com a Operação Amazônia. Sendo assim, Carlos Eugenio Aguiar Pereira de Carvalho Renha faz as seguintes observações sobre o fim dessa autarquia:

A SPVEA, desacreditada há anos, passava a imagem de um órgão inoperante e corrupto. O consenso, não só entre os militares, mas entre a opinião pública em geral, era o de que a SPVEA não havia conseguido alterar em nada a fisionomia econômica da Amazônia. (RENHA, 2017, p. 93).

Portanto, este foi um dos aspectos que contribuíram para sua substituição. Com um golpe de estado efetuado em 1964, os militares assumiram o poder derrubando o então presidente João Goulart. Todavia, esse processo foi efetuado em conjunto com setores da sociedade civil, assim, de acordo com o historiador Marcelo Ridenti em *As oposições à ditadura: resistência e integração* “O suporte civil vinha do empresariado nacional e multinacional, oligarquias rurais, setores das classes médias, grande imprensa, instituições religiosas e profissionais liberais, e até de alguns trabalhadores.” (RIDENTI, 2014, p. 25). O país ganhou novas diretrizes, sendo essas

⁴ BRASIL. Lei nº 5173, de 27 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15173.htm> Acesso em: 03 nov. 2021.

ditadas por Atos Institucionais⁵, fazendo com que as suas pretensões fossem realizadas. Nesse contexto, no momento posterior ao golpe:

Foram realizadas prisões, intervenções em sindicatos e movimentos populares, cassações, expulsão de funcionários civis e militares de seus cargos, abertura de inquéritos policial-militares e toda sorte de violência e humilhação contra os adeptos do governo deposto, e até alguns assassinatos. (RIDENTI, 2014, p. 26)

No Amazonas também foram realizadas intervenções e cassações. As pesquisas do historiador César Augusto Bubolz Queirós⁶ tem contribuído para a compreensão desses momentos iniciais dos ecos da Ditadura Militar neste estado, assim como de outros pesquisadores que tem se dedicado ao tema.

A presença dos militares no processo político brasileiro no período republicano é evidente. Segundo Nilson Borges, ao se refletir sobre essa atuação deles deve-se considerar duas fases:

(...) a primeira, antes de 1964, quando os militares intervinham na política, restabeleciam a ordem institucional, passavam a condução do Estado aos civis e retornavam aos quartéis, exercendo a função arbitral-tutelar; a segunda, depois de 1964, sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional (instrumentalizada pela Escola Superior de Guerra), quando os militares, após o golpe, assumem o papel de condutores dos negócios do Estado, afastando os civis dos núcleos de participação e decisão política, transformando-se em verdadeiros atores políticos, com os civis passando a meros coadjuvantes no sentido de dar ao regime uma fachada de democracia e legitimidade. (BORGES, 2007, p. 16)

A segunda fase, como foi indicada acima por Nilson Borges, corresponde ao momento que se insere essa investigação, quando o governo militar se dirige rumo a Amazônia em com seus projetos de “desenvolvimento”.

⁵ Sobre os Atos Institucionais, César Augusto Bubolz Queirós indica que eles “(...) se seguiram com o intuito de legitimar as ações políticas dos militares e conferir uma aparência de legalidade a essas práticas tiveram o efeito de dizimar a oposição e, ao mesmo tempo, manter a aparência de funcionamento das instituições democráticas.” (QUEIRÓS, 2019, p. 544a).

⁶ O referido historiador em *O golpe de 1964 no Amazonas e a deposição do governador Plínio Coelho* acompanha a trajetória política de Plínio Ramos Coelho, então governador do Amazonas no momento do golpe de 1964, assim busca discutir esse contexto da sua deposição. Em outro artigo intitulado “*Amazônia em armas*”: luta e resistência contra a ditadura militar no Amazonas, o historiador lança luz sobre um dos episódios de resistência – uma tentativa de guerrilha na Amazônia – ao autoritarismo instalado no país em pleno Amazonas, narrando e analisando o caso do “Crime do moto Antônio Alberto”. Já em “*Que fizeram com meu pai?*”: sindicalismo e ditadura no Amazonas, o autor rompe definitivamente com a tese de que não se teve ditadura no Amazonas, ou melhor, que foi um “dita branda”, resgatando a trajetória do líder sindical Antogildo Pascoal Vianna, que era estivador e fora assassinado logo após o golpe de 1964.

Os estudos sobre a Ditadura Militar brasileira têm crescido bastante nos últimos anos, além disso deve-se considerar que “A abordagem propriamente histórica da ditadura militar é recente.” (FICO, 2004, p. 31).⁷ Isso pode-se relacionar talvez com a ampla divulgação de acertos documentais do período, as efemérides – 50 anos do golpe, relatório da Comissão Nacional da Verdade etc. – e também a recente escalada de discursos negacionistas e revisionistas sobre a Ditadura Militar. Assim, observa-se uma descarada relativização das perseguições, torturas, assassinatos, crimes e as demais violações de direitos humanos cometidos no período. Sem dúvida, é um momento delicado para os historiadores (a).

Carlos Fico em *Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas* faz um balanço dos temas e discussões sobre a Ditadura Militar. Neste estudo, um dos focos de debate é sobre a definição de como deve ser chamado o período, seja reconhecendo a importância da dimensão civil do movimento, ou mantendo o protagonismo das ações com os militares. Essa consideração que está prestes a ser feita, refere-se a uma posição no debate sobre o tema, pois o avanço das interpretações sobre o período tem propiciado isso.

Na efeméride de (des) comemoração dos 50 anos do golpe de 1964, um dos temas discutidos foi a denominação da Ditadura como civil-militar, levantado principalmente por Daniel Aarão Reis. Nesse contexto, este autor assinala a significativa participação da dimensão civil na articulação e participação no golpe, e consequentemente na Ditadura, com isso, superando a percepção de que a responsabilidade pelos acontecimentos do período pese somente aos militares. No entanto, outros historiadores – como é o caso do Carlos Fico – discordam dessa leitura, e argumentam sobre sua fragilidade conceitual.

Carlos Fico afirma que “(...) virtualmente, tudo em política pode ser analisado segundo a rede de apoios e adversidades em que se insere, de modo que dizer que algo recebeu o apoio de outrem não retira a essencialidade de algo, sua configuração imanente.” (FICO, 2017, p. 52). Nesta perspectiva, se a análise de um fenômeno pode sempre ser feita a partir da rede de relações que ocasionalmente ele tece, deve-se ter algum critério mais específico para identificar quem ou quais sujeitos tiveram maior relevância no processo.

⁷ Para Fico (2004) tiveram mais dois gêneros que marcaram a literatura sobre o golpe e a Ditadura Militar, o primeiro foi uma espécie de politologia, isto é, estudos marcados pela Ciência Política norte americana, e o outro é a memorialística, sendo esta última a primeira tentativa de se constituir uma narrativa sobre o período.

Ainda pode-se dizer que, se levando em consideração essa perspectiva de análise – a rede de relações – a definição da Ditadura Militar devia ser mais extensa, agregando outras dimensões além do civil. É nesse contexto que Carlos Fico faz a seguinte consideração, corroborando com a afirmação inicial, de que “(...) fosse razoável o argumento de Daniel, teríamos de designar a ditadura como civil-militar-empresarial-midiática-católica e assim por diante, tornando o debate ainda mais viciado por nominalismo.” (FICO, 2017, p. 52) Por fim, que o leitor permita mais uma citação longa, de modo que fique claro essa discussão. Dessa forma:

O golpe foi efetivamente dado (não apenas apoiado) por civis e militares e, portanto, é possível chamá-lo de civil-militar. Alguns passos subsequentes foram marcando o caráter militar do novo regime [...] O regime subsequente foi inteiramente controlado pelos militares, de modo que adjetivá-lo em ressalva (“foi militar, *mas* também civil” ou empresarial ou o que seja) é supérfluo e impreciso – além de ter, como tudo mais em História do Tempo Presente, imediata implicação política: nesse caso, justamente por causa dessa adversatividade, a conotação é de redução da responsabilidade dos militares. (FICO, 2017, p. 53)

Na dimensão econômica, a ação dos militares esteve orientada por uma política desenvolvimentista. Esta mostra-se fundamental para compreensão do tema proposto, pois é com ela que os grandes projetos da Ditadura foram postos em prática ocasionando os conflitos com os povos tradicionais. Assim, Camila Miranda considera que no contexto da Guerra Fria “(...) ordem e segurança estavam diretamente ligados ao anticomunismo. Por isso, ‘ocupar, desenvolver e integrar’ a Amazônia não é apenas um ato político-econômico, mas também ideológico, estratégico e de caráter repressor.” (MIRANDA, 2018, p. 95).

Nesse contexto de Guerra Fria, em que de um lado estava os Estados Unidos e do outro a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), disputando territórios de influência no mundo todo, ocasionando uma série de conflitos que ambos se envolviam. Dessa maneira, os Estados Unidos acabaram por estabelecer a América Latina como sua zona de influência, em que a Doutrina de Segurança Nacional era a base de sustentação ideológica. Sobre a DSN, Camila Miranda afirma que:

A DSN é originária dos Estados Unidos e surge no período de Guerra Fria. Logo, sua fundação está diretamente ligada ao combate ao comunismo e à “subversão”, às noções de Estado forte, manutenção da ordem social, segurança coletiva estratégica (para o mundo ocidental capitalista),

militarismo e controle de informações. Sendo que todos estes aspectos perpassam a política interna e externa. (MIRANDA, 2018, p. 95).

Essa doutrina foi o elemento norteador das políticas dos militares brasileiros. Nesse sentido, Nilson Borges aponta:

Seguindo à risca os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, na qualidade de força dirigente, as Forças Armadas assumiram a função de partido da burguesia, manobrando a sociedade civil, através da censura, da repressão e do terrorismo estatal, para promover os interesses da elite dominante, assegurando-lhe condições de supremacia em face do social. (BORGES, 2007, p. 21)

Foi nesse contexto que foram estabelecidos os planos⁸ e projetos de desenvolvimento para a Amazônia. Segundo Iane Batista foi “Com base nos pressupostos de integração nacional, ocupação econômica e promoção do desenvolvimento regional, o Estado brasileiro encarregou-se de planejar e executar a expansão capitalista na Amazônia.” (BATISTA, 2016, p. 98). Desse modo, segundo Miranda (2018) foi com os projetos desenvolvimentistas que a Ditadura Militar brasileira buscou se fazer presente na Amazônia.

Portanto, a sistematização do conjunto de ideias dos militares sobre como ocupar o território resulta na criação da Operação Amazônia⁹. Segundo Batista (2016) do ponto de vista institucional, a Operação Amazônia caracterizava-se por uma série de instrumentos legais, provenientes de normas técnicas e administrativas buscando nortear a ação do Estado na região. Com isso, foi possível prosseguir com a política desenvolvimentista que vinha sendo tida no Brasil desde Getúlio Vargas, mais agora conduzida pelos militares.

⁸ No período que corresponde a Ditadura Militar (1964-1985) foram elaborados 4 planos, que são o 1º Plano Quinquenal de Desenvolvimento (1967-1971), o I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974), o II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1975-1979) e o III Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1980-1985). Segundo Iane Batista “A ideia motriz que os orientou foi a exploração racional e planejada dos componentes da natureza amazônica, qualificados como **recursos naturais**.” (BATISTA, 2016, p. 16, grifo do autor)

⁹ Iane Maria da Silva Batista em sua tese de doutorado intitulada *A natureza nos planos de desenvolvimento da Amazônia (1955-1985)*, um trabalho realizado no campo da História Ambiental, acaba sintetizando algumas das ações feitas a partir do lançamento da Operação Amazônia, dizendo que a “(...) Lei nº 5173, de 27 de outubro de 1966, que dispunha sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, extinguiu a SPVEA e criou a SUDAM; 191 Lei nº 5174, de 27 de outubro de 1966, dispoendo sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da região amazônica, instituindo o Fundo de Investimento Privado do Desenvolvimento da Amazônia (FIDAM); Lei nº 5122, de 28 de setembro de 1966, transformando o Banco de Crédito da Borracha em Banco da Amazônia Sociedade Anônima (BASA), ampliando seu raio de ação até então direcionado às operações creditícias envolvendo a borracha, para o exercício das funções de agente financeiro do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a regulação da política econômica da borracha; e Decreto Lei nº 61.244, de 28 de agosto de 1967, que criou a Superintendência da Zona Franca de Manaus e regulava o seu funcionamento.” (BATISTA, 2016, p. 101-102).

No Amazonas, o golpe repercutiu com a cassação do mandato do governador da época, Plínio Ramos Coelho, e uma série de perseguições e fechamento do legislativo estadual (QUEIRÓS, 2019a). Sobre o contexto da deposição do então governador, o historiador César Augusto Queirós diz:

Creio ser impossível analisar a deposição de Plínio Coelho sem levar em conta os inúmeros enfrentamentos e desafetos adquiridos ao longo de sua trajetória política. Sua deposição acabou sendo o resultado de uma comunhão de interesses entre as elites locais e os novos governantes na esfera nacional” (QUEIRÓS, 2019, p. 545a).

Dessa forma, pode-se perceber que haviam vários aspectos que contribuíram para a deposição do governador eleito, mas a sua situação como o novo governo talvez tenha, em grande medida colaborado para o acontecido. Nesse contexto, emerge uma figura emblemática para a historiografia amazonense, pois sua produção sobre a Amazônia foi extensa, além de sua atuação política. O nome escolhido para ser interventor no Amazonas foi Arthur César Ferreira Reis. À vista disso, César Queirós afirma:

Com a deposição do líder trabalhista, Arthur Cesar Ferreira Reis, que havia sido Superintendente do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (1953-1955) e Diretor do INPA (1956-1958), tomou posse no dia 27 de junho, em cerimônia realizada no prédio do Instituto de Educação do Amazonas, onde na ocasião funcionava a Assembleia Legislativa. (QUEIRÓS, 2019, p. 545-556a)

A pesquisa histórica sobre a ditadura militar no Amazonas tem avançado bastante nos últimos anos. Sendo assim, vários estudos foram desenvolvidos, alguns deles por pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (PPGH-UFAM). Com isso, é possível compreender como a ditadura impactou a Amazônia e suas populações. Para César Queirós desde os primeiros momentos do golpe, as articulações já impactaram o Amazonas, assim, ele afirma que:

Perseguição política, mandatos cassados, governadores depostos, fechamento do Legislativo estadual, confrontos e aposentadorias no Judiciário, fechamento de jornais, perseguição à imprensa, genocídio da população indígena, enfim, somente sem um olhar mais atento às fontes é que se poderia relativizar ou minimizar os impactos da ditadura e do autoritarismo no estado. Tal afirmação é claramente contrária a qualquer análise mais apurada do contexto local. (QUEIRÓS, 2020, p. 190)

Portanto, pode-se perceber, como o autor mesmo pontua, somente um olhar desatento às fontes é que se poderia concluir que não se teve impactos no estado. E neste momento, com a publicação cada vez mais frequente de acervos sobre o período, a pesquisa histórica avança.

Assim, com a deflagração do golpe e a instauração da ditadura, logo um contexto de resistência a ordem instituída se estabeleceu. Nesse sentido, Elias Diniz Sacramento diz que isso, em relação a Amazônia:

“(...) foi muito comum após o golpe militar no Brasil após o ano de 1966, quando as fronteiras da Amazônia foram abertas para o capital nacional e internacional e culminaram com a chegada de vários projetos agroindustriais, minerais que se instalaram nesta região.” (SACRAMENTO, 2015, p. 104)

Nesse contexto, a luta das populações tradicionais da Amazônia foi tratava, em defesa de seu território.

Esse avanço sistemático da fronteira de exploração capitalista na Amazônia é emblemático, no que se refere aos impactos ambientais. Se comparado com o período da exploração da borracha, observa-se que, segundo Elias Sacramento naquele momento não se “(...) propunha a derrubada da floresta, mas sim incentivos para a vinda de homens que pudessem tirar o látex da seringueira. Neste período, a floresta tinha mais valor com suas árvores nativas produzindo” (SACRAMENTO, 2015, p. 105). Todavia:

Com o regime militar, a posição foi diferente e o incentivo dado ao capital nacional e internacional era para que a floresta pudesse ser desmatada. As árvores deveriam ser transformadas em madeira, desta forma abrindo espaços para criação de gado bovino, produção de carvão, implantação de grandes projetos de soja, eucalipto, pinho, dendê, coco, além da construção de hidrelétricas, siderúrgicas, áreas portuárias entre outros grandes investimentos. (SACRAMENTO, 2015, p. 105)

Essa mudança na forma como a exploração e o avanço sobre o território devia ser realizado está relacionado com a concepção geopolítica que os militares tinham. Portanto, Camila Miranda considera que “A compreensão, pelas Forças Armadas, de que o território amazônico ocupa posição estratégica e tem grande importância geopolítica, faz com que os militares considerem fundamental firmar presença na região.” (MIRANDA, 2018, p. 96). Assim, percebe-se que a Amazônia resguardava uma posição estratégica, na percepção dos militares.

A discussão sobre a geopolítica mostra-se importante para a compreensão da atuação dos governos militares na Amazônia. Nesse contexto, Bertha Becker define a geopolítica como “(...) um campo de conhecimento que analisa relações entre poder e espaço geográfico.” (BECKER, 2005, p. 71). Para Nilson Borges:

A noção de geopolítica aplicada pelos militares encontra sua origem na situação de guerra fria, que caracterizou o cenário internacional por muitos anos. Dentro desse contexto, todo esforço nacional de descolonização, toda guerra nacional de libertação e todo processo nacional de mudança social são medidos e pesados em função de significação para um dos sistemas (leste-oeste) que disputavam, na época, a hegemonia mundial. (BORGES, 2007, p. 27-28)

À vista disso, seguem algumas considerações sobre o tema, envolvendo a Amazônia. Para Paulo Roberto de Albuquerque Bomfim o projeto geopolítico brasileiro compreende:

(...) uma práxis formada por ensaístas, geógrafos, militares, economistas, entre outros profissionais, vigente pelo menos desde a virada para o século XX, em que se verifica um pragmatismo de explícita intenção ordenadora do território, pretendendo-se sempre útil e técnica. (BOMFIM, 2010, p. 14).

Nesse contexto “(...) a Amazônia torna-se área de apreensão geopolítica no sentido de nela o Estado se fazer presente. Em nome, pois, da segurança nacional, seus vazios deveriam ser ocupados e dinamizados economicamente.” (BOMFIM, 2010, p. 15). O contexto – Guerra Fria, DSN, proteger as fronteiras etc. –, e a pretensão de ser fazer presente e explorar economicamente o território foram alguns dos fatores dessa geopolítica dos governos militares.

Portanto, a concepção da geopolítica pelos militares no poder nos anos 1960 e 1970 culminou com a expansão sistemática da exploração econômica sobre a Amazônia com a constituição de projetos de desenvolvimento. Nesse processo, ocorreram embates entre os agentes do Estado responsáveis por conduzir esse avanço sobre o território e os habitantes tradicionais da Amazônia, notadamente os índios. No próximo tópico, se busca fazer um apanhado das relações dos Waimiri-Atroari com o Estado no contexto da ditadura militar.

1.2. Os Waimiri-Atroari e a Ditadura Militar.

A proposta da pesquisa consiste em analisar os conflitos que ocorreram nos Posto de Atração da FUNAI no momento da construção da BR-174. Foi nesse processo que os Waimiri-Atroari foram dizimados pelos responsáveis pela construção da estrada. Assim, busca-se compreender a resistência dessa etnia a invasão de seu território a partir desses acontecimentos com os funcionários da FUNAI nos Postos de Atração.

No entanto, a pesquisa histórica tem avançado no sentido de discutir a resistência dos Waimiri-Atroari frente aos projetos que invadiram seu território, bem como os casos mais conhecidos, como a expedição do Padre Calleri. A contribuição desta pesquisa no debate é com a análise de novas fontes, estas provenientes do Arquivo Nacional. Assim, procura-se na documentação desclassificada do Sistema Nacional de Informações relatórios informando esses conflitos envolvendo os trabalhadores da estrada, militares, funcionários da FUNAI e os Waimiri-Atroari.

A Amazônia suscitou nos primeiros viajantes e exploradores uma série de impressões. Alguns a definiram como um “inferno verde”, em função de sua dimensão e também dos desafios que essa empreitada requeria. Por outro lado, haviam aqueles que a consideravam um “paraíso terrestre”, pois sua diversidade em fauna e flora era evidente. É nesse contexto que surgem várias representações sobre a Amazônia. Portanto, segundo a historiadora Camila Miranda “Desde o período da chegada dos europeus em solo americano e o encontro destes estrangeiros com a grandiosidade da floresta, as representações sobre a Amazônia percorrem o mundo e as várias regiões do Brasil” (MIRANDA, 2018, p. 34).

Apesar dessas considerações, o aspecto que talvez tenha mais atraído os viajantes foi a possibilidade de explorar economicamente a região. Neste primeiro momento, a economia foi mais extrativista, buscando explorar bens naturais que tivessem algum valor no mercado. Com o passar dos séculos, novos produtos foram sendo explorados. Desde que os primeiros colonizadores chegaram na Amazônia, conflitos com os povos tradicionais ocorreram, em função de sua busca por explorar esses bens, tidos como recursos e a ocupação de seus territórios.

Todavia, o avanço sistemático no sentido de inserir o espaço amazônico na dinâmica de exploração do capitalismo ocorre definitivamente na segunda metade do século XX. À vista disso, no contexto da ditadura militar, Eduardo Gomes afirma:

(...) os povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas e as demais sociedades tradicionais que habitavam a região amazônica se tornaram na ótica de militares, empreiteiros, posseiros, grileiros e madeireiros uma espécie de

“obstáculo” a ser superado em prol do desenvolvimento a qualquer custo. (SILVA FILHO, 2016, p. 149).

O Estado nacional brasileiro, imerso nos ideais desenvolvimentistas, cria mecanismos para poder avançar rumo à Amazônia, isto é, expandir a fronteira de exploração rumo ao norte do país. Com isso são criados planos de desenvolvimento e também instituições que se responsabilizam em cumprir esses objetivos. É nesse contexto que surge o 1º Plano Quinquenal de Valorização Econômica da Amazônia (1955-1959), organizando as metas para execução no período definido. Uma das ações desse plano foi a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), instituição responsável pela gestão dos recursos.

Em 1964, os militares assumem o poder no Brasil. Ainda assim, as intenções de “desenvolver” e modernizar a Amazônia continuam, acrescidas com forte apelo ideológico, surgindo lemas como “integrar para não entregar”. Nesse contexto, sob acusações de ineficiência na gestão dos recursos e corrupção, a SPVEA foi substituída em 1966 pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), uma nova instituição que se responsabilizara pela ação estatal na Amazônia nos governos militares nas próximas décadas. Dessa maneira, se avança os debates sobre a integração nacional, bem como os grandes projetos de desenvolvimento. Assim, para Iane Maria da Silva Batista estes projetos concebidos para a “(...) Amazônia pelo governo instaurado em 1964 preconizou a modernização de instituições estatais e a crescente intervenção pública na economia e no território, com vistas a transformar a região em um novo espaço de acumulação capitalista.” (BATISTA, 2016, p.100).

Iane Batista, em sua tese de doutorado *A natureza nos planos de desenvolvimento da Amazônia (1955-1985)*, em estudo no campo da História Ambiental, busca analisar como a natureza deste lugar foi postulado nos grandes planos do governo. Assim sendo, a historiadora afirma que “A natureza amazônica foi incorporada ao planejamento do desenvolvimento regional em uma perspectiva utilitária de apropriação e transformação de seus elementos como uma condição fundamental ao avanço do capitalismo na região.” (BATISTA, 2016, p. 104). Portanto, a busca pela exploração dos bens naturais foi, na lógica capitalista, que norteou essa política do Estado nacional brasileiro.

Alguns desses projetos que foram realizados pela ditadura militar na Amazônia, atingiram o povo Waimiri-Atroari e seu território. Eles habitam o norte do Amazonas e

o sul de Roraima, foram um dos povos que foram atingidos pela construção da BR-174, mineradoras e a Hidrelétrica de Balbina. A construção da BR-174, que atravessou seu território tradicional, deu passagem para projetos de exploração mineral e também a construção da Usina Hidrelétrica de Balbina. Todos esses projetos foram prejudiciais a esses indígenas, na medida em que eles tiveram seus territórios desmarcados numa proporção menor do que eram, tiveram que ser realocados pela inundação – devido a construção de Balbina – além do massacre sofrido no processo de construção da estrada.

Mesmo assim, a resistência dos Waimiri-Atroari é anterior ao processo de invasão de seu território na ditadura militar. Nesta perspectiva, Paulo Pinto Monte indica:

Os encontros envolvendo a frente de expansão colonizadora portuguesa e os Waimiri-Atroari tiveram início no final do século XVII, durante o processo inicial de ocupação e conquista da região amazônica e apontam para um caso inédito das relações estabelecidas entre índios e brancos na história do Amazonas. Estas nações indígenas vêm reagindo e resistindo de forma vigorosa há aproximadamente 300 anos ano avanço sobre seus territórios, partindo para a retaliação, sempre que suas terras foram invadidas e violadas. (MONTE, 1992, p. 14-15).

O indigenista José Porfírio Fontenele de Carvalho escreveu um livro sobre essa etnia, intitulado *Waimiri Atroari: a história que ainda não foi contada*. Sobre eles, o indigenista diz que “O seu idioma é classificado como pertencente ao grupo Karib, em face da semelhança com outras línguas do mesmo grupo lingüístico, como a dos Macuxi, habitantes do estado de Roraima.” (CARVALHO, 2014, p. 59) Além disso, segue alguns dos nomes atribuídos para eles:

Os índios conhecidos como Waimiri Atroari, mas também como Crichanás, Juaperi, Alalaus e Waitemiris, habitavam a região compreendida desde o rio Urubu – tributário à margem esquerda do rio Negro –, até a foz do rio Jauaperi, subindo por este rio até a bacia do seu principal afluente, o rio Alalaú, onde hoje se localiza a maior concentração populacional desses índios. (CARVALHO, 2014, p. 59)

O 1º Relatório do Comitê Estadual da Verdade do Amazonas diz que eles o “(...) povo que habitava até 1967 a região entre Manaus (AM) e Caracarái (RR), ou seja, do vale do rio Urubu rumo Norte, passando pelos rios Uatumã, Curiuaú, Camanaú, Alalaú e adentrando Roraima até os rios Jauapery e Anauá, em direção à Guiana.” (COMITÊ DA VERDADE DO AMAZONAS, 2012, p. 3.)

Eduardo Gomes da Silva Filho, em sua dissertação de mestrado intitulada *Projetos desenvolvimentistas na Amazônia e a resistência dos Waimiri-Atroari (1964-2014)*, comenta sobre a organização social desse povo:

(...) às atividades de caça, da pesca, agricultura e colheita, fazem parte da cultura do povo Waimiri-Atroari, entre eles não há classes sociais, como as do homem branco. Todos têm os mesmos direitos e recebem o mesmo tratamento. A terra, por exemplo, pertence a todos e quando um índio caça, costuma dividir com os habitantes de sua tribo. Apenas os instrumentos de trabalho (machado, arcos, flechas, arpões) são de propriedade individual. O trabalho na tribo é realizado por todos, porém possui uma divisão por sexo e idade. As mulheres são responsáveis pela comida, crianças, colheita e plantio. Já os homens da tribo ficam encarregados do trabalho mais pesado. A coletividade era uma característica marcante entre os índios. Suas cabanas eram divididas entre vários casais e seus filhos. (SILVA FILHO, 2015, p. 24).

A luta do povo do Waimiri-Atroari foi objeto de estudo por pesquisadores da região Norte, com análise de diversas fontes, desde a imprensa até documentos oficiais. Silva Filho (2015) buscou analisar o processo de resistência dos Waimiri-Atroari frente aos grandes projetos de desenvolvimento do Estado nacional brasileira, por outro lado, Araújo (2014) busca discutir a contribuição de missionários nessa luta, em apoio aos Waimiri. Em Roraima, Oliveira (2016) faz uma análise do processo de construção da BR-174 e como isso afetou os Waimiri, tendo em vista que esse povo foi dizimado no processo de construção da estrada. Outros autores também são importados na análise desse processo, como Carvalho (1914) e o indigenista Egydio Schwade, que teve experiências junto aos índios.

Conforme o Comitê Estadual da Verdade do Amazonas, os Waimiri-Atroari sofreram um genocídio. No início do século XX sua população estava estimada em torno de 6000 índios, em 1968, o Padre Calleri já os estima em 3000. No ano de 1974, indigenistas da FUNAI os estimavam em torno de 1000 a 600 índios. Novos registros dos anos 1980 estiveram em torno de 300. Nesse sentido, com o processo de construção da BR-174 e os outros projetos, o povo Waimiri-Atroari foi dizimado (COMITÊ DA VERDADE DO AMAZONAS, 2012).

No 1º Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Amazonas, é possível ver de forma mais detalhada como os Waimiri-Atroari sofreram esse genocídio, tendo sua população dizimada. Nesse contexto, segue mais um excerto desse relatório, sobre a Figura 1 e os dados demográficos:

Em 1905 os pesquisadores alemães Georg Hübner e Theodor KochGrünberg percorreram o baixo rio Jauapery e estimaram os Waimiri-Atroari em 6.000 pessoas. O Padre João Giovanni Calleri, que em 1968 fez o primeiro levantamento a serviço da FUNAI, sobrevoando os rios Uatumã, Abonari e Alalaú os estimou em 3.000. Número que se repetiu em pesquisa mais minuciosa de funcionários do mesmo órgão em 1972.9 Menos de dois anos após, sem notícias sobre alguma grave epidemia, a FUNAI já os estimava em menos de 1.000. Em 1983 o pesquisador da UNB Stephen Grant Baines percorrendo todas as aldeias, contabilizou apenas 332 pessoas sobreviventes, dos quais 216 eram crianças ou jovens com menos de 20 anos. (COMITÊ DA VERDADE DO AMAZONAS, 2012, p. 4).

É nesse contexto que emerge a luta do povo Waimiri-Atroari na defesa de seu território. Assim, Eduardo Gomes afirma:

(...) os conflitos entre os Waimiri-Atroari e o governo, iniciaram por conta da construção da BR-174, que tinha a intenção de acessar uma rica mina de minérios estratégicos, localizada no alto rio Uatumã, próximo ao rio Alalaú, e da construção da Hidrelétrica de Balbina. (SILVA FILHO, 2014, p. 295).

Portanto, os conflitos iniciaram, primeiramente no processo de construção da BR-174, e depois outros ocorreram devido o avanço das empresas mineradoras e a construção da Hidrelétrica de Balbina, que inundou uma parte do território tradicional dos Waimiri-Atroari, sendo que as malocas que foram construídas naquele lugar, tiveram que ser realocadas.

Por fim, cabe resgatar mais uma passagem do Relatório da Comissão da Verdade do Amazonas, que acaba resumindo a luta dos Waimiri-Atroari, nesse momento inicial de contato no processo de construção da BR-174:

Pais, mães e filhos mortos, aldeias destruídas pelo fogo e por bombas. Gente resistindo e famílias correndo pelos varadouros à procura de refúgio em aldeia amiga. A floresta rasgada e os rios ocupados por gente agressiva e inimiga. Esta foi a geografia política e social vivenciada pelo povo Kiña desde o início da construção da BR-174 em 1967 até sua inauguração em 1977. (COMITÊ DA VERDADE DO AMAZONAS, 2012, p. 10).

No período que corresponde a construção da rodovia, como foi indicado acima, foi repleto de episódios traumáticos para os Waimiri-Atroari, em função da invasão de seu território. Os dados demográficos presentes no relatório do Comitê da Verdade do Amazonas atestam para o desaparecimento de algo em torno de 2000 índios desta etnia, caracterizando um genocídio. Apesar disso, os Waimiri-Atroari lutaram para defender seu território da invasão, ocasionando vários conflitos com trabalhadores da estrada ou mesmo com funcionários da FUNAI. Nesse contexto, no próximo capítulo

pretende-se analisar essa resistência dos Waimiri-Atroari no caso do Posto de Atração Alalaú II em outubro de 1974.

CAPÍTULO II

2. “O PROBLEMA WAIMIRI ATROARI”¹⁰: A BR-174 E OS CONFLITOS NO RIO ALALAÚ.

Nesse capítulo se discute a construção da rodovia BR-174, bem como a criação das Frentes de Atração que atuaram no contato com os Waimiri-Atroari nesse processo. Com isso, pretende-se contextualizar a invasão do território indígena Waimiri-Atroari, que foi atravessado pelo traçado da rodovia, assim como a atuação dos funcionários da FUNAI nessas frentes. Dessa forma, na parte final do capítulo a análise será direcionada para um episódio que ocorreu no Posto Indígena de Atração Alalaú II em outubro de 1974, em que se busca relacionar este com a resistência dos Waimiri-Atroari ao processo de invasão de suas terras pelos projetos da Ditadura Militar.

2.1. A construção da BR-174 e a criação da Frente de Atração Waimiri-Atroari (FAWA).

A Ditadura Militar brasileira (1964-1985) ficaria marcada pela repressão, tortura, assassinatos, censura e também pela criação de vários projetos de caráter desenvolvimentista, muitos deles para a Amazônia. Esse processo se caracteriza pelos pressupostos da integração nacional e da exploração econômica do território e das riquezas que estes apresentavam. No entanto, esses projetos tiveram resistência por parte das populações tradicionais da Amazônia para sua implantação, haja visto a invasão do território dos mesmos. Nesse contexto, um desses foi a construção da BR-174 (Manaus – Caracaraí – Boa Vista).

Neste caso, o projeto se caracterizava pela construção de uma estrada que interligaria o estado do Amazonas e o então Território Federal de Roraima – atual estado de Roraima. No entanto, essa iniciativa não seria realizada sem desafios, visto

¹⁰ Na documentação sobre os Waimiri-Atroari presente no acervo do SNI, ao se referir a essa população, geralmente o assunto era marcado como o “problema Waimiri Atroari”, ou temas relacionados. Isso demonstra a visão dos oficiais militares sobre os índios, que estavam resistindo a invasão de seu território e dificultando o processo de construção de uma estrada em seu território. No decorrer do capítulo será apresentado alguns desses documentos.

que o traçado dessa estrada cortaria o território dos índios Waimiri-Atroari, conhecidos na região pela resistência que exercem na defesa de suas terras. À vista disso, segue uma breve apresentação de aspectos relevantes para a compreensão do contexto de construção da estrada, bem como as perspectivas que se têm sobre os seus objetivos.

A pretensão de interligar o atual estado do Amazonas com o de Roraima não é recente. Assim sendo, algumas empreitadas já ocorreram nesse sentido. No entanto, foi nos anos 1960 que esse projeto foi visto pelos militares como imprescindível para integração do país, e com isso atendendo as expectativas daqueles que ansiavam pelo acesso e também pelo território dos Waimiri -Atroari. Desse modo, sobre os anseios pela construção da estrada, o indigenista José Porfírio Fontenele de Carvalho afirma:

Esta estrada vinha ao encontro de um antigo desejo tanto dos moradores do Território do Rio Branco/Roraima como dos amazonenses, pois seria a oportunidade de se dispor de uma ligação, feita pela estrada entre aquelas regiões, através de rodovia, acabando assim como o isolamento daquela região. (CARVALHO, 2014, p. 110)

O comentário do indigenista acaba endossando a versão de que a função da estrada seria de interligar os dois territórios. Nesse sentido, Porfírio Carvalho afirma que ainda nos anos 1970, “Até o ano de 1974, só era possível ir de Manaus ao Território Federal de Roraima – hoje estado de Roraima –, ao norte do Amazonas, por via aérea ou via fluvial. Por via fluvial, através de precário sistema de navegação pelo rio Negro e rio Branco.” (CARVALHO, 2014, p. 108). Portanto, observa-se a narrativa da indispensabilidade da integração como forma de unir os territórios em questão.

No 1º Relatório do Comitê Estadual da Verdade do Amazonas, uma outra versão sobre as finalidades da estrada é denunciada:

A rodovia BR-174 é hoje a principal ligação entre Manaus e Boa Vista. Entretanto, os documentos do início da sua construção comprovam que o objetivo do governo militar era outro, ou seja, o acesso às minas de Pitinga, seguidos de interesses em fontes de energia e ocupação de uma área considerada pelo governo e empresários “vazio demográfico”. (COMITÊ DA VERDADE DO AMAZONAS, 2012, p. 21-22).

Como foi visto acima, a iniciativa de construção da estrada não estava restrita a tentativa de romper o isolamento do Território Federal de Roraima. Com base no relato do Comitê da Verdade do Amazonas e nos outros projetos que foram desenvolvidos no território Waimiri-Atroari, pode-se afirmar que os interesses do

governo militar não eram somente a integração, e sim o território dos índios e suas potencialidades do ponto de vista econômico.

Para a construção dessa estrada, não se teve uma consulta prévia com aqueles que seriam afetados por ela, além disso a decisão pela sua construção já havia sido decretada, sem brechas para retroceder. Em vista disso, existia um aspecto que poderia inviabilizar a realização da obra, pois “O traçado da estrada cortava ao meio o território cultural dos índios Waimiri-Atroari, conhecidos na região pela sua agressividade aos não índios e tidos como arredios a toda tentativa de contato” (CARVALHO, 2014, p. 110). Era de conhecimento da sociedade nacional, FUNAI e militares a dificuldade que teriam ao invadir o território desses indígenas para construir a estrada, haja visto o histórico de luta da defesa de seu território.

Apesar disso, a construção da rodovia apresentava-se como inevitável. O pronunciamento do Coronel Arruda – comandante do 6º Batalhão de Engenharia e Construção –, noticiada no Jornal O Estado de São Paulo no dia 21 de janeiro de 1975, em matéria intitulada *Sugerida a mudança dos atroaris*, acaba demonstrando isso. O Coronel declara “A estrada é irreversível como é a integração da Amazônia ao País. A estrada é importante e terá que ser construída, custe o que custar.” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1975). Sendo assim, ele ainda acrescenta que a mudança de traçado da rodovia não é uma opção e propõe a transferência dos índios para outro lugar, dizendo:

Não vamos mudar o traçado, que seria oneroso para o Batalhão, apenas para pacificarmos primeiros os índios. A transferência é viável e coerente nas condições em que os fatos se apresentam. Os índios continuarão matando, sejam trabalhadores do BEC, sejam da FUNAI. Por que não leva-los para o Parque Nacional do Xingu? Lá não existem cerca de 14 tribos, vivendo pacificamente? (Ibid.)

Dessa forma, pode-se verificar como a construção da estrada era a intenção do governo militar, e não seria a permanência dos Waimiri-Atroari no traçado da BR-174 que esta seria paralisada, com isso deu-se início a construção. Nesse sentido, o historiador Eduardo Gomes afirma que “Os trabalhos de terraplanagem da BR 174 ocorreram a partir de meados do ano de 1968, ao passo que no mesmo ano, também teve início as Frentes de Atração promovidas pela FUNAI no território indígena (...)” (SILVA FILHO, 2015, p. 86). Sobre o início da construção da BR-174, o referido historiador comenta:

Foi por meio de um convênio com o extinto Departamento Nacional de Estradas e Rodagem - DNER, hoje Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, que o 6º Batalhão de Engenharia de Construção – BEC deu início aos primeiros trabalhos para a construção da BR 174 e 401. A primeira liga Manaus - Boa Vista no sentido Sul e Boa Vista - Pacaraima, na fronteira com a Venezuela no sentido Norte; a segunda liga Boa Vista ao município de Bonfim, na fronteira com a Guiana. (SILVA FILHO, 2015, p. 60)

Como foi visto acima, os trabalhos de terraplanagem iniciaram ainda em 1968, assim como o trabalho nas Frentes de Atração, com sua primeira expedição. Todavia, o ocorrido com a expedição do Padre Italiano João Giovani Calleri, acabou atrasando a continuação da obra. Assim, “Com a assinatura do convênio com o Departamento Nacional de Estradas e Rodagem – DNER, em 26 de fevereiro de 1970, o 6º BEC consolidou sua participação na construção da BR 174 e da BR 401.” (SILVA FILHO, 2015, p. 87-88). Dessa forma, os militares se fizeram presentes no processo de construção da estrada.

No processo de construção da rodovia, que cortava o território dos Waimiri-Atroari, houve uma intensificação dos contatos deles com a sociedade nacional. Esse contato, em muitos dos casos, resultou em conflitos, pois os índios não se furtavam do direito de defender seu território daqueles que estavam por invadi-lo. Essa história de resistência merece ser contada e lembrada por todos nos dias de hoje, pois as lutas do passado ainda se fazem presente nos dias de hoje, seja com outros povos, ou com os próprios Waimiri-Atroari.

O antropólogo da UnB Stephen Grant Baines, em seu trabalho “*É a Funai que sabe*”: *A Frente de Atração Waimiri Atroari* diz que “Com a abertura da estrada BR 174, em abril de 1977, começou a ocupação da área por grandes obras de mineração, hidrelétrica, e colonização dirigida para implantar a agropecuária.” (BAINES, 1990, p. 95). Portanto, conclui-se que a construção da estrada foi a porta de entrada para os projetos de exploração econômica no território Waimiri-Atroari. Nos anos que se seguiram da abertura da estrada, empresas de mineração, a construção da hidrelétrica e a colonização nas margens da estrada foram as ações que acabaram mudando significativamente o modo de vida dos Waimiri-Atroari.

Junto com o início dos trabalhos na construção da BR-174, começaram as atividades nas Frentes de Atração Waimiri-Atroari (FAWA). Estas seriam responsáveis por essa aproximação com os índios, no intuito de “pacifica-los”. Em vista disso, Eduardo Gomes comenta:

Para que isso fosse possível, após as inúmeras manifestações de resistência dos índios, foi criada, pela FUNAI, em 1970, a Frente de Atração Waimiri-Atroari – FAWA. Verdadeira ponta de lança da FUNAI sobre o território Waimiri-Atroari, a FAWA contava com estreitas relações com o DRE - AM, Ministério da Integração Nacional, Comando Militar da Amazônia – CMA e o 6º Batalhão de Engenharia de Construção – 6º BEC. (SILVA FILHO, 2015, p. 62)

Os militares e a FUNAI pareciam ter consciência que a tarefa de construção da BR-174 não seria fácil, na medida em que os Waimiri-Atroari faziam resistência a invasão de seu território. Mesmo assim, os trabalhos na rodovia iniciaram, do mesmo modo que nas Frentes de Atração. Essas últimas, teriam “(...) como principal objetivo realizar a atração dos grupos indígenas Waimiri-Atroari acelerando seu processo de integração na sociedade nacional, assim como realizar trabalhos de apoio aos serviços da estrada BR-174.” (PINTO, Gilberto. *Relatório*. 27/10/1973 Apud CNV, 2014, p. 234, TOMO II).

Segundo Eduardo Gomes a Frente de Atração teria “(...) fins de inserção, atração e pacificação (...)” (SILVA FILHO, 2015, p. 63) dos índios. Como pode-se perceber, o trabalho na Frente de Atração Waimiri-Atroari (FAWA) seria permeado de desafios. Isto posto, o indigenista Porfírio de Carvalho afirma que um desses seria “(...) ter que cruzar a região habitada pelos índios Waimiri-Atroari. Povo temido em toda região, pelas notícias sobre a sua ferocidade e sua posição contrária à presença de estranhos em seu domínio territorial.” (CARVALHO, 2014, p. 71). Nesse contexto, se iniciou os trabalhos de atração e da expedição do Padre Calleri.

Esse episódio ficaria bastante conhecido, devido a ampla divulgação que teve na imprensa local e nacional. O “massacre” da expedição do Padre Calleri ganharia destaque nas manchetes, em que se afirmava o caráter belicoso dos Waimiri-Atroari, reafirmando, ou melhor, reforçando o discurso dos militares na mudança das tratativas em relação a atração.

Inicialmente, quem fora designado para trabalhar na atração dos Waimiri-Atroari foi Gilberto Pinto. No entanto, a sua posição em relação a forma como esse processo teria que ser feito, acabaram o afastando (CARVALHO, 2014), foi quando o Padre Calleri foi chamado para a expedição. O próprio Porfírio de Carvalho comenta sobre essa insatisfação de Gilberto em relação a isso:

Embora a Funai houvesse nomeado Gilberto Pinto para pacificar os índios Waimiri Atroari, ele tinha sua posição formada com relação ao assunto. Era um sertanista experiente e partidário de que a estrada tivesse seu traçado alterado, sendo ainda contrário à pacificação dos índios de forma apressada, bem como se opunha a outros métodos preconizados pelos dirigentes do DNER – AM. (CARVALHO, 2014, p. 112)

Como se observa, a postura do sertanista era contrária a forma como os militares buscavam – de forma apressada – a atração e pacificação dos Waimiri-Atroari. Essa busca mais apressada na resolução do “problema Waimiri Atroari”, a missão do Padre Calleri terminou de forma trágica. Sobre ela, Porfírio de Carvalho assinala:

A missão do Padre Calleri era de pacificar os Waimiri Atroari no menor espaço de tempo possível, de acordo com as necessidades do DNER – DER-AM, pelas razões já mencionadas, porém, infelizmente, o apressado Padre Calleri e seus desditosos companheiros de trabalho foram mortos pelos índios dias depois de penetrarem no território dos Waimiri Atroari.” (CARVALHO, 2014, p. 113)

Com a fracasso da expedição, novas tentativas de realizar a atração desses índios deveriam ser providenciadas. Nesse contexto, um velho nome conhecido no trabalho com os Waimiri-Atroari surge para chefiar a Frente de Atração Waimiri-Atroari (FAWA). Assim, Eduardo Gomes comenta sobre a FAWA:

Para chefiá-la foi designado, pela FUNAI, o sertanista Gilberto Pinto Figueiredo Costa, curiosamente, o mesmo sertanista que havia sido afastado no início da tentativa de “pacificação” e que foi substituído pelo Padre João Calleri, por se opor inicialmente a este tipo de política indigenista praticado pela FUNAI, em meados do ano de 1968. (SILVA FILHO, 2015, p. 62)

O antropólogo Stephen Grant Baines faz uma análise da terminologia “Frente”, afirmando:

A FUNAI, subordinada ao Ministério do Interior, institucionalizou uma nova espécie de política indigenista de acordo com a política econômica do governo. Objetiva a “integração acelerada”, para tentar assegurar que a presença de populações indígenas não impeça o desenvolvimento econômico. **A própria terminologia “Frente de Atração”, empregada pela FUNAI, e “Frente Avançada”, cunhada pelo Coordenador Giuseppe Cravero, apropriou esta noção de “Frente”, que surgiu na Geografia, Sociologia e Antropologia brasileira, além de ser relacionada a uma política indigenista estreitamente vinculada a uma tradição e linguagem militar.** Ao ser subordinada ao Ministério do Interior, a política protecionista da FUNAI é também subordinada aos interesses econômicos do governo, revelando uma contradição básica”. (BAINES, 1990, p. 91, grifo nosso)

A noção de Frente de Atração, pode-se inferir, está relacionada com a tradição e linguagem militar, em que se afirmar a missão de “desbravamento” das questões que se apresentam. Neste caso, se refere ao contato inicial com uma população indígena tida como perigosa. Por esse motivo, a noção de Frente se relaciona com esse caráter pioneiro do contato.

Por conseguinte, apresentar-se-á os postos indígenas de atração presentes do território Waimiri-Atroari e as técnicas de atração utilizadas por Gilberto Pinto. Sabe-se que os Postos Indígenas de Atração no território Waimiri-Atroari são o Camanaú, Abonari I e II, Alalaú I e II. Em um relatório da Frente de Atração, observa-se os seguintes postos “Camanaú, no rio Camanaú; Santo Antônio do Abonari [...]; Alalaú, no rio Alalaú; e pelos subpostos Santo Antônio do Abonari, no igarapé do mesmo nome; e Alalaú; no rio alalaú, [...]” (RELATÓRIO FRENTE DE ATRAÇÃO, 1973, p. 2 Apud SILVA FILHO, 2015).

No que se refere as técnicas de atração “(...) podemos destacar a troca tradicional de presentes, a organização de passeios à cidade de Manaus com lideranças indígenas e seus familiares, bem como a instalação de mais Postos de Atração.” (SILVA FILHO, 2015, p. 72). Ainda sobre essas técnicas, no Relatório da Frente de Atração, é possível ver em riqueza de detalhes:

(...) deixamos brindes em diversos locais adredes preparados e que sabidamente conhecidos como locais de parada dos índios, a fim de manifestar nossas boas intenções. Quando ocorre de aparecerem nos postos indígenas grupos de silvícolas, são dados alimentos e realizadas trocas de artefatos indígenas por ferramentas, como machados, terçados, vergalhões, panelas, colheres, brincos, colares, pulseiras e demais bijuterias. Após estas trocas, levamo-los até ao poro da maloca, e, às vezes, até à maloca, onde permanecemos o tempo que eles desejam. (RELATÓRIO FRENTE DE ATRAÇÃO, 1973, p. 13 Apud SILVA FILHO, 2015).

Foi com esse *modus operandi* que o sertanista Gilberto Pinto conseguiu uma aproximação maior dos índios Waimiri-Atroari. Portanto, foi nesse contexto que se estabeleceu a FAWA e os Postos Indígenas de Atração. Estes serão o cenário de alguns dos conflitos que ocorreram no processo de construção da BR-174, entre eles o caso do Posto de Atração Alalaú II em outubro de 1974, que constitui o objeto de análise do próximo tópico.

2.2. A resistência Waimiri-Atroari e o episódio do Posto Indígena de Atração Alalaú II.

O Relatório da Comissão Nacional da Verdade faz a seguinte colocação sobre os Waimiri-Atroari:

Os grupos Waimiri-Atroari foram massacrados, entre os anos 1960 e 1980, para abrir espaço em suas terras para a abertura da BR-174, a construção da hidroelétrica de Balbina e a atuação de mineradoras e garimpeiros interessados em explorar as jazidas que existiam em seu território. Recenseados pela Funai em 1972 com uma população de cerca de 3 mil pessoas, em 1987 eram somente 420, tendo chegado a 350 em 1983. (CNV, 2014, p. 234, TOMO II)

O alarmante relato acaba demonstrando a gravidade dos acontecimentos em relação a esses indígenas, a partir dos anos 1960. E também denuncia o genocídio que ocorreu com essa população indígena. Esse processo está relacionado com o início da construção da BR-174 e o trabalho das Frentes de Atração.

Foram nessas frentes que, a partir de 1970 ocorreram uma série de conflitos entre os indígenas e os funcionários presentes nos Postos Indígenas de Atração. À vista disso, nessa parte deste estudo, pretende-se descrever e analisar um desses conflitos, ocorrido em 02 de outubro de 1974 no Posto de Atração Alalaú II, nas margens do rio Alalaú.

A narrativa será construída a partir da documentação outrora sigilosa – classificada, que hoje se encontra desclassificada e presente nos acervos do Arquivo Nacional. Essa documentação era produzida no seio da “comunidade de informação” (FICO, 2003), neste caso, pelo Serviço Nacional de Informações (SNI). Além disso, têm-se a repercussão que esse episódio teve a nível local – com o Jornal do Comércio (AM) – e a nível nacional – com o Jornal O Estado de São Paulo e o relato do indigenista José Porfírio Fontenele de Carvalho em seu trabalho *Waimiri Atroari: a história que ainda não foi contada*, em que narra alguns dos episódios que serão aqui tratados, com a propriedade de quem esteve presente, naqueles anos.

No dia 30 de setembro de 1974, uma embarcação transportando três funcionários da FUNAI, a saber, João Dionísio do Norte, Paulo Ramos e Luiz Braga, rumo ao Posto de Atração Alalaú II no rio Alalaú desapareceu. No outro dia – 01 de outubro – o chefe da Frente de Atração, o sertanista Gilberto Pinto manteve contato

por radiofonia com o refere posto, em que foi relatado que a embarcação não havia concluído seu percurso.

Nesse contexto, segue o relato de Porfírio de Carvalho sobre os momentos iniciais de apreensão em relação ao acontecido no rio Alalaú:

No dia 01 de outubro de 1974, o sertanista Gilberto Pinto Figueiredo Costa, encarregado da Frente de Atração aos índios Waimiri Atroari, entrou na minha sala de trabalho, na sede da Funai em Manaus. E, demonstrando muita apreensão, deu-me ciência de que uma canoa que saíra no dia 30 de setembro do Posto de Atração Alalaú I, instalado na foz do rio Alalaú, **transportando os funcionários da Funai João Dionísio do Norte, Paulo Ramos e Luiz Braga, com destino ao Posto de Atração Alalaú II**, instalado na margem esquerda do rio Alalaú, distante cerca três quilômetros do desmatamento da rodovia BR-174 – Manaus – Caracará – Boa Vista, ainda não havia chegado ao seu destino.” (CARVALHO, 2014, p. 88, grifo nosso)

Com a negativa confirmação da sua chegada – da embarcação com os funcionários –, os indigenistas na sede da FUNAI já se mostraram preocupados, tendo como uma das hipóteses o possível ataque dos Waimiri-Atroari ao grupo. Assim, em matéria publicada no Jornal do Comércio no dia 23 de fevereiro de 1975 com o título *Lenbrando (sic) o ataque atroarí ao subposto do rio Alalaú*, pode-se confirmar alguns dos nomes citados por Porfírio de Carvalho. Nesta, ao recordar de um caso que ocorreria meses após este que ora nos ocupa, acabam comentando sobre o ataque no rio Alalaú, mais especificamente do Posto de Atração Alalaú II.

Antes, no dia 2 de outubro, os Waimiri-Atroaris atacaram o sub-posto do rio Alalau e massacraram de imediato cinco servidores da FUNAI ferindo outros, tendo um deles falecido dias depois em um Hospital em Manaus. Naquele dia, o subposto do Alalau foi tomado de assalto por diversos silvícolas que mataram Faustino da Cruz Soares, Odoncil Virginio dos te, **Paulo Ramos e Luís Bra-Santos, João Dionísio o Nor ga Pereira**. Na ocasião foi também ferido gravemente vEaristo (sic) Batista, que veio para Manaus. Evaristo não suportando os graves ferimentos veio a falecer no dia 10 de outubro de 1974. (JORNAL DO COMÉRCIO, 1975, grifo nosso)

Os nomes citados na matéria são alguns dos funcionários da Funai que estiveram presentes no dia do acontecimento. Nesse contexto, em uma radiofonia datada do dia 05 de outubro de 1974, assinada pelo TEN CEL ARRUDA CMT 6º B E CNST – comandante do 6º Batalhão de Engenharia e Construção – 6º BEC, responsável pela construção da BR-174, é narrado parte desse episódio. À vista disso, segue o relato:

000 - CMDO = 05 OUT 74 = INFO VER INCIDENTE OCORRIDO DIA 02 OUT VG COM ELEMENTOS FUNAI VG DO POSTO ALALAU ET INDIOS ATROARIS VG NA ZONA DE AÇÃO DESTE BTL VG KM 272 BR-174 PTPT DIA 1º OUT CACIQUE COMPRIDO VG COM SEU FILHO CURUMIM ET MAIS ONZE INDIOS CHEGARAM POSTO FUNAI VG LOZALIZADO MARGEM RIO ALALAU VG ET AFASTADO BR-174 CERCA HUM KM VG ONDE PERNOITARAM PT AINDA NESSE DIA ALGUNS INDIOS VG ACOMPANHADOS FUNCIONARIOS FUNAI VG DESCERAM RIO ET ESTABELECEM CONTACTO AMISTOSO COM DOIS TB TURMAS DESMATAMENTO PT MESMOS VG QUE ESTAVAM PREPARANDO JANTAR VG CONVIDARAM INDIOS PARTICIPAR VG SENDO IMPEDIDOS PELOS FUNCIONARIOS FUNAI QUE OS CONVIDARAM RETORNAR POSTO PT NO DIA 2 OUT VG VIRTUDE FALTA COMIDA POSTO FUNAI VG DOIS ELEMENTOS FUNAI ACOMPANHADOS CINCO INDIOS DEIXARAM POSTO PARA CAÇAR QUANDO VG OUVINDO QUATRO DISPAROS ET GRITOS PARTIDOS POSTO VG PROCURARAM RETORNAR POSTO SENDO IMPEDIDOS PELOS INDIOS VG QUE ATO CONTINIO ET DES SURPRESA FLECHARAM OS DOIS ELEMENTOS DA FUNAI VG HUM NO OMBRO ESQUERDO ACIMA DO CORAÇÃO ET OUTRO TEVE FLECHA ATREVESSADA CORPO VG ALTURA RINS PT FUNCIONARIO ATINGIDO OMBRO CONSEGUIU FUGIR ET FOI ACOLHIDO PELA TURMA DESMATAMENTO VG JAH (CMT 2º GPT E CNST – SNI, Agência de Manaus – Protocolo nº 3298, 10 out 1974).

A narração do episódio feita acima adiciona elementos que não foram abordados por Porfírio de Carvalho. O primeiro para se destacar é a presença do conhecido líder indígena Waimiri-Atroari Comprido. A participação dele neste episódio também é veiculada na imprensa, com matéria intitulada *Funai acha mais um sertanista morto pelos atroaris*, do dia 06 de outubro de 1974, nas páginas do jornal se diz:

Odoncil Virgínio dos Santos, um dos funcionários da Funai que estava desaparecido desde o ataque dos atroaris ao subposto do rio Alalau, quarta-feira em Roraima, foi encontrado ontem, morto, aumentando para dois o numero de mortes conhecidas praticadas pelos indios. O corpo de Odoncil foi translado ainda ontem para Manaus, onde um sobrevivente, Adão Vasconcelos, um indio aculturado, já internado num hospital, informava como ocorreu o ataque.

Segundo o seu relato, o massacre foi comandado por Comprido, chefe de um dos grupos waimiris-atroaris (no, total, dois mil índios), que **na tarde do dia 1º chegou ao subposto acompanhado por mais 16 índios**. Lá eles dormiram e, no dia seguinte, **três atroaris saíram para caçar em companhia de Esmeraldo Miguel Neto e Evaristo Batista**. No subposto permaneceram, com os outros 13 índios, Adão, Odoncil Virgínio dos Santos, e Faustino da Cruz. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1974, grifo nosso)

O envolvimento de Comprido no caso do posto Alalaú II, pode-se inferir, demonstra a insatisfação com o avanço dos trabalhos na construção da BR 174, que naquela altura já estava passando pelo rio Alalaú. Essa explicação foi levantada por Porfírio de

Carvalho em diálogo com o sertanista Gilberto Pinto, sobre o que teria motivado o fato:

Discutíamos muito sobre o problema. Gilberto sempre voltava a levantar a hipótese de que algo muito grave deveria ter acontecido com os índios para motivar uma reação tão drástica. E a única explicação que achávamos, o único fato novo na área de que tínhamos conhecimento, era **a aceleração da construção da BR-174, com bateria de máquinas pesadas removendo árvores e terras, num trabalho que virava o dia e a noite. Isto, ao nosso ver, poderia ter feito os índios pensarem que aquelas máquinas poderiam também ir de encontro às suas malocas e suas roças.** (CARVALHO, 2014, p. 97, grifo nosso)

O relato do indigenista pode ser considerado um dos fatores que contribuíram para a reação dos Waimiri-Atroari, em forma de ataque ao Postos de Atração. Todavia, uma outra perspectiva pode ser apresentada em relação a esse caso. Esta, por sua vez, é do indigenista do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) Egydio Schwade, em anotações de suas experiências de alfabetização com os Waimiri-Atroari em fins dos anos 1980. O comentário foi retirado do 1º Relatório do Comitê Estadual da Verdade do Amazonas, peço a paciência do leitor em relação a apreciação deste, haja visto o seu tamanho, mas o mesmo é importante na construção do argumento. Disto isto:

Kramna Mudî era uma aldeia Kiña¹¹ que se localizava na margem Oeste da BR-174, no Baixo rio Alalaú, próximo ao local conhecido como Travessia e sobre a Umá¹², o “varadouro interétnico” dos Waimiri-Atroari que atravessava o território de Sul a Norte. No segundo semestre de 1974, Kramna Mudî acolhia o povo Kiña para uma festa tradicional. Já tinham chegado os visitantes do Camanaú e do Baixo Alalaú. O pessoal das aldeias do Norte ainda estava a caminho. A festa já estava começando com muita gente reunida. Pelo meio dia um ronco de avião ou helicóptero se aproximou. O pessoal saiu da maloca para ver. A criançada estava toda no pátio para ver. O avião derramou como que um pó. Todos, menos um foram atingidos e morreram. O tuxaua Comprido, com a sua gente vinha do Norte e ainda não chegara. Quando se aproximaram estranharam o silêncio. Aldeia em festa sempre está cheia de algazarra. Ao entrarem no pátio encontraram todos mortos, menos um. Morreram sem um sinal de violência no corpo. Dentro da maloca, nos girais, grande quantidade de carne moqueada, mostrando que tudo estava preparado para receber muita gente para a festa. O sobrevivente só se recordava do barulho de avião passando por cima. Os alunos da aldeia Yawará forneceram uma relação de 33 parentes mortos neste massacre. Contaram-nos que **Comprido, ao ver os parentes mortos pelo chão, revoltou-se muito. Antes de voltarem para as suas malocas,**

¹¹ É como se reconhecem os Waimiri Atroari.

¹² Segundo o 1º Relatório do Comitê Estadual da Verdade do Amazonas “Uma Umá (estrada ou varadouro interétnico) ligava as aldeias do Baixo ao alto rio Camanaú e seguia no rumo Norte, atravessando o Rio Alalaú por duas vezes, primeiro em local conhecido como Travessia, contatando com várias aldeias da margem direita do Médio Alalaú, como Askoia Mudî no igarapé Privixi (Capitão Tavares) e Mahña Mudî no rio Mahña (Pinheiros), Mrebsna Mudî e outras. Sempre seguindo rumo Norte passava ainda por outras aldeias até finalmente adentrar o território dos índios Wai-Wai.” (COMITÊ DA VERDADE DO AMAZONAS, 2012, p. 12).

provavelmente no dia 30 de setembro de 1974 à tarde, um grupo de Kiña atacou três funcionários da FUNAI, João Dionísio do Norte, Paulo Ramos e Luiz Pereira Braga, que subiam o Rio Alalaú para abastecerem o Posto Alalaú II. Mataram os três e jogaram os seus corpos na altura da Travessia, local onde a Umá (varadouro) atravessa o Alalaú não longe da aldeia chacinada. No dia seguinte atacaram o Posto Alalaú II [Próximo a passagem da BR-174 sobre o rio Alalaú]. (SCHWADE, 1985-1986 apud COMITÉ DA VERDADE DO AMAZONAS, 2012, p. 15-16, grifo nosso)

Portanto, uma série de questões podem ser ressaltadas a partir das considerações de Egydio. A primeira se refere a organização da festa tradicional que reúne os Waimiri-Atroari. Com base no relato, pode-se verificar que este evento foi usado como uma forma de atacar os vários indígenas que estavam reunidos em confraternização. O ataque feito de avião que “derramou um pó” e a grande maioria faleceu.

Este episódio acabou por enfurecer o tuxaua Comprido, que na volta para suas malocas – em 30 de setembro de 1974 – acabaram por encontrar no caminho os funcionários da FUNAI que se dirigiam ao Posto de Atração Alalaú II, ocasionando suas mortes. E como se sabe, no dia seguinte, chegaram ao Posto de Atração Alalaú II, permanecendo até do dia seguinte – 02 de outubro – e executando o “ataque”.

Por fim, um último aspecto que merece destaque é a afirmação de que o Posto de Atração Alalaú ficava próximo a passagem da BR-174 sobre o rio Alalaú. Sabe-se que a terraplanagem da rodovia também não ficava distante deste posto. Logo, pode-se inferir que os indígenas talvez viram este estabelecimento – e todos aqueles que nele estavam – como a representação daqueles que estavam por destruir e invadir seu território. Na perspectiva do Porfírio de Carvalho essa afirmação parece-nos verdadeira. Por outro lado, com base no relato de Egydio, a motivação do ataque pode ter sido outro, mesmo assim, a presença e avanço da construção da BR-174 nas imediações do rio Alalaú e do posto podem ter contribuído na decisão de atacar os mesmos.

Em relação ao relato da radiofonia, existe uma imprecisão em relação ao número de índios que acompanharam o líder Comprido – as duas fontes atestam a presença dele, no entanto, elas divergem sobre a quantidade de acompanhantes do líder Waimiri-Atroari. No relato da radiofonia, é registrado a presença de Comprido, seu filho e mais 11 índios. Por outro lado, na matéria divulgado no Jornal O Estado de São Paulo, supracitado, assinalam a presença de 16 índios. Todavia, segundo Porfírio de Carvalho chegaram ao posto um total de 11 índios, todos adultos e do sexo

masculino (CARVALHO, 2014). Em todo caso, é confirmada a presença tuxaua, ainda no relato, é registrada que ele chega junto a seu filho.

No dia 02 de outubro de 1974, no referido Posto de Atração Alalaú II, saíram para caçar dois funcionários – a saber, Esmeraldo Miguel Neto e Evaristo Miquiles – do posto com os indígenas. Esse fato foi relatado na radiofonia e na matéria do Estado de São Paulo. Nesse momento que ocorreu o ataque aos funcionários.

O indigenista Porfírio de Carvalho faz um comentário sobre aqueles que estavam no Posto de Atração Alalaú II:

No Posto de Atração Alalaú II, onde se esperava com ansiedade a chegada da canoa conduzindo mais três funcionários da Funai, encontravam-se cinco outros funcionários do órgão indigenista, que ali prestavam serviços: **Adão Vasconcelos** – índio aculturado do grupo Baniwa, com instrução primária e que há mais de dois anos trabalhava para a Funai naquela Frente de Atração; **Esmeraldo Miguel Neto**, também índio aculturado do povo Baniwa e que prestava serviços naquela Frente de Atração também havia cerca de dois anos; **Evaristo Miquiles**, índio do grupo Sateré-Maué que trabalhava na Frente de Atração do rio Santo Antônio do Abonari e que estava prestando serviços temporariamente naquele Posto, substituindo um funcionário que havia se afastado do serviço para tratamento de saúde em Manaus; **Odoncil Santos**, índio do povo Baré, que tinha 19 anos de idade, instrução primária completa e há mais de um ano prestava serviços naquela Frente de Atração; e ainda **Faustino Lima**, índio Baniwa, com seis meses de trabalho na Frente de Atração Waimiri Atroari. Todos eles, com exceção de Evaristo Miquiles, índio Sateré-Maué, conheciam os índios que acabavam de chegar à sede do Posto, de quem já se consideravam amigos. (CARVALHO, 2014, p. 88-89, grifo nosso)

Como foi mencionado, os funcionários da Funai no Posto de Atração conheciam, ou pelos menos já tinham contato com aqueles indígenas. Essa questão que acaba por intrigar os indigenistas Porfírio de Carvalho e Gilberto Pinto, sobre o motivo do ocorrido. Antes de avançar para a próxima parte da radiofonia, cabe registrar a descrição feita sobre o Posto de Atração Alalaú II por Porfírio de Carvalho:

Este consistia numa área desmatada de cerca de 500x200 metros e nessa área existiam plantações de mandioca e cana-de-açúcar. Uma casa construída com paus roliços, coberta de palha, destinada ao abrigo de índios em visita, e um pequeno depósito para combustível complementavam as construções existentes naquela área. (CARVALHO, 2014, p. 91)

Esse foi o palco do episódio de outubro de 1974. Por conseguinte, segue mais um excerto do relato da radiofonia sobre o episódio:

NO DIA 3 OUT VG DECLARANDO QUE REVIDOU ATAQUE DISPARANDO DOIS TIROS TENDO PROVAVELMENTE ATINGIDO UM INDIO VG SENDO

ENTÃO EVACUADO MANAUS PT O OUTRO FERIDO ESTAH DESAPARECIDO PT TIROS ET GRITOS PARTIRAM POSTO ALALAU QUE FORA ATACADO POR OITO INDIOS CHEFIADOS CACIQUE COMPRIDO QUE TINHAM PERMANECIDO NAQUELE LOCAL PT ATAQUE FOI A GOLPE DE TERÇADOS TENDO SIDO MORTO ET DEGOLADO HUM FUNCIONARIO FUNAI ET OUTROS DOIS VG TENTANDO FUGIR MASSACRE VG ATIRARAM-SE RIO VG SENDO PERSEGUIDOS POR DUAS CANOAS INDIOS ENDO HUM ATINDO POR FLECHA VG ESTANDO DESAPARECIDO ET OUTRO ESCAPOU VG COM FERIMENTO FACÃO VG SENDO ACOLHIDO 15 HORAS (CMT 2º GPT E CNST – SNI, Agência de Manaus – Protocolo nº 3298, 10 out 1974)

A narração do episódio acima, nos permite compreender como possivelmente tenha ocorrido o fato. Enquanto os funcionários Esmeraldo Miguel Neto e Evaristo Miquiles saíram para caçar com alguns índios, os outros ficaram no posto de atração, Adão Vasconcelos, Odencil Santos e Faustino Lima. A ação dos índios foi feita tanto contra aqueles que estavam no posto, quanto os que estavam na mata caçando.

Adão Vasconcelos foi atacado por um golpe de facção e ficou ferido no braço. Mesmo assim, conseguiu empreender fuga ao atravessar o rio Alalaú em direção ao desmatamento da BR-174. Esta também foi a opção que teve Odencil Santos, no entanto, o mesmo foi alvo de uma flecha fatal, ao tentar fugir. O outro funcionário, Faustino Lima, foi morto dentro do posto, sendo encontrado posteriormente por Porfírio de Carvalho, em que este relata que o corpo estava separado da cabeça, isto é, fora decapitado, como fica evidente no relato da radiofonia.

No Jornal O Estado De São Paulo, do dia 08 de outubro de 1974 – dias após o ocorrido – com a matéria intitulada *Caído na mata. o sobrevivente*, é narrado o resgate de um dos funcionários da FUNAI, sobrevivente desse ataque:

O funcionário da Funai Evaristo Batista, desaparecido desde o ataque dos índios Waimiri-atroaris ao subposto do rio Alalaú, quarta-feira, foi encontrado caído na mata, ferido por uma flexa à altura dos rins. Ontem ele foi levado para Manaus, onde estão dois sobreviventes ao ataque e enterrados os dois funcionarios que morreram. Três sertanistas continuavam desaparecidos até ontem, o que reforçava a suposição de que também tenham sido massacrados pelos índios. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1974)

Na reportagem é narrada o encontro do funcionário Evaristo Miquiles Batista. Este foi, junto com Esmeraldo Miguel Neto, caçar com os Waimiri-Atroari no dia do ataque. Ambos conseguiram empreender fugar, mesmo estando feridos. Esmeraldo foi encontrado as margens da BR-174 com ferimento de flecha na altura do ombro, sendo logo encaminhado para Manaus. Evaristo foi encontrado dias depois, também

com ferimento de flecha, e logo foi encaminhado para Manaus. Este último, no entanto, não resistiu aos ferimentos e acabou vindo a falecer.

Os dois sobreviventes que são citados na reportagem são os funcionários Esmerado Miguel Neto – que conseguira empreender fuga quando foi atacado pelos índios quando tinha saído para caçar como mesmos. O outro era Adão Vasconcelos, que mesmo com um grave ferimento no braço conseguiu atravessar o rio Alalaú e chegar as margens da BR-174 onde foi resgatado. Os dois funcionários que morreram, até o momento da reportagem era Odoncil Santos e Faustino Lima. Os três sertanistas ainda desaparecidos acreditamos que sejam os três funcionários da FUNAI que partiram no dia 30 de setembro de 1974 para o Posto de Atração Alalaú II, a saber: João Dionísio do Norte, Paulo Ramos e Luiz Braga.

Por fim, na última parte da radiofonia, se conclui o seguinte:

DIA 4 OUT PELA EQUIPE TERRAPLANAGEM KM 241 ET EVACUADO MANAUS DE AMBULÂNCIA PT NÃO SE CONSEGUIU APURAR AINDA CAUSAS MASSACRE PT ADMITE-SE TENHA SIDO SURPRESA VG SEGUINTE MOTIVOS PTPT NA VESPERA INDIOS RETIRARAM MUNIÇÃO ESPINGARDA PESSOAL FUNAI VG QUEBRARAM ESTAÇÃO RÁDIO ET ATAQUE FOI FEITO COM ARMA BRANCA VG SEM POSSIBILIDADE DEFESA PT INDIOS SAIRAM LOCAL LEVANDO TRÊS ARMAS CAÇA VG TODA MUNIÇÃO VG ISTO EH VG CEM CARTUCHO VG ET BARCO COM MOTOR PT RECONHECIMENTO AÉREO LOCAL CONSTATOU MALOCA ATROARIS INCENDIADA VG SINAL MESMOS DEIXARÃO ÁREA PT INFO OUTROSSIM VG CACIQUE COMPRIDO ESTEVE MANAUS MÊS SETEMBRO VG ACOMPANHADO SEU FILHO ET PESSOAL FUNAI PT BUSCAS FEITAS ATEH PRESENTE DATA PARA LOCALIZAR DESAPARECIDOS FORAM INFRUTÍFERAS PT DETERMINEI PROCESSAMENTO TRABALHOS COM DISPOSITIVO EMASSADO VG TURMAS LIMPEZA VG DESMATAMENTO ET BUEIROS VG OPERANDO JUNTAS PT
TEN CEL ARRUDA CMT 6º B E CNST (CMT 2º GPT E CNST – SNI, Agência de Manaus – Protocolo nº 3298, 10 out 1974)

Nesta última parte, várias questões são enumeradas pelo Coronel Arruda, que podem ser consideradas. Primeiramente ele assinala que a equipe de terraplanagem havia evacuado para Manaus, pode-se inferir que seja com os sobreviventes encontrados no desmatamento da BR.174. Logo em seguida ele acaba externando sua surpresa com o massacre, sem compreender os motivos para que o mesmo tenha ocorrido.

Seguindo seu conjunto de afirmações, a uma acusação de que os Waimiri-Atroari teriam levado armas e munição que estavam no posto. Essa assertiva, no entanto, não vamos procurar endossa-la, na medida em que não encontramos na

bibliografia referências ao uso de armas de fogo por parte desses indígenas, logo, a informação talvez não seja verossímil. O próprio Porfírio de Carvalho narra que ao encontrar o corpo de Odoncil Santos, nas margens do rio Alalaú, encontrara o seu revólver ainda na cintura do mesmo (CARVALHO, 2014).

Uma outra informação veiculada pelo Coronel Arruda é o reconhecimento, dias depois do ocorrido no Posto de Atração Alalaú II, de uma aldeia que foi incendiada nas proximidades. Quem identificou essa aldeia foi o indigenista Porfírio de Carvalho, sobre isso ele afirma:

Quando sobrevoamos pela segunda vez uma das malocas que tinham dado sinal de que havia pessoas nas proximidades, os índios atearam fogo nela, num sinal de que possivelmente teria sido aquele grupo responsável pelo ataque ao Posto de Atração Alalaú II e estavam temendo alguma represália das pessoas que estavam no avião. (CARVALHO, 2014, p. 100)

O indigenista atribui aos índios a responsabilidade pelo fogo ateadado na aldeia. No entanto, uma outra hipótese sobre isso é levantada no Relatório da Comitê Estadual da Verdade do Amazonas, segundo este não se pode deixar descartar que os responsáveis poderiam ser os militares da aeronáutica (COMITÊ DA VERDADE DO AMAZONAS, 2012). Por conseguinte, se afirma que:

As festas que reuniam periodicamente os Waimiri-Atroari foram aproveitadas pelo PARASAR¹³ para o aniquilamento dos índios. Outros, ao chegarem de volta às suas aldeias, as encontraram em ruínas, arrasadas pelo fogo. Porfírio de Carvalho, funcionário da FUNAI, encarregado de recolher os corpos dos funcionários mortos no ataque do dia 1 de outubro de 1974, ao posto Alalaú II, aerofotografou naquele dia uma aldeia em chamas. A interpretação que a FUNAI e o 6º BEC deram à imprensa foi que os próprios índios teriam sido os autores do fogo. (COMITÊ DA VERDADE DO AMAZONAS, 2012, p. 19).

Portanto, a versão oficial que fora divulgada, como visto na assertiva do Comitê da Verdade do Amazonas, pode não ser condizente com o que de fato ocorreu. Tendo em vista a atuação dos militares da aeronáutica no local, e com base nos relatos dos índios sobre ataques feitos a partir de aviões e helicópteros.

Destarte, o ocorrido no Posto Indígena de Atração Alalaú II foi um dos vários conflitos que aconteceram nas Frentes de Atração da FUNAI no processo de construção da BR-174. Neste, podemos evidenciar a resistência do povo Waimiri-Atroari ao avanço do projeto do governo sobre suas terras. Nesta perspectiva, é

¹³ Segundo Eduardo Gomes (2015), PARA-SAR significa a junção de dois termos, o PARA que faz referência aos paraquedistas e o SAR, que vem do inglês *Search And Rescue*, isto é, Busca e Salvamento.

importante ressaltar a seguinte questão sobre isso “A resistência indígena assumiu diversas formas e estratégias, que iam desde o confronto direto ou da guerra aberta até uma aceitação tácita da dominação, quando o contexto assim o exigia. (HECK, LOEBENS, CARVALHO, 2005, p. 239). No caso dos Waimiri-Atroari, a resistência aconteceu de forma direta, com o enfrentamento contra os funcionários da FUNAI nas Frentes de Atração.

Para as populações indígenas, o território é tido como algo fundamental para sua reprodução física e espiritual, haja visto que sua relação com ele é diferente daqueles da sociedade nacional. Portanto, ao se tratar da resistência dos Waimiri-Atroari – ou mesmo qualquer outra etnia que passe por problemas relacionados com invasão de suas terras – é imprescindível considerar a relação particular destes com seu território. Em vista disso, segue uma consideração do Comitê da Verdade do Amazonas:

Toda a terra Waimiri-Atroari era ocupada. Por toda a parte morava gente. Gente que tinha o seu projeto e programa de vida bem organizado, dentro de uma geografia onde eles eram os sábios. Tinham caminhos organizados por todo o território. Possuíam uma economia que satisfazia as necessidades da população e previa um futuro cheio de esperança. Conheciam a floresta palmo a palmo. Cada rio e igarapé, cada acidente geográfico, cada planta, ave, inseto, cada bicho tem seu nome em kiñayara (Língua Waimiri-Atroari). E tudo tem um significado no universo do povo Kiña. (COMITÉ DA VERDADE DO AMAZONAS, 2012, p. 21)

A assertiva acima, demonstra como o povo Waimiri-Atroari estava com seu modo de viver estabelecido, com uma relação particular das sociedades indígena com seu meio. No entanto, isso foi abalado pela invasão de seu território pelos projetos de “desenvolvimento” da ditadura militar. Todavia, eles resistiram a essa invasão, e o episódio do ataque ao Posto de Atração Alalaú II, que ora nos ocupa, converge para um desses momentos em que os Waimiri-Atroari foram protagonistas de sua própria história.

Em um documento datado de outubro de 1974, o Comandante do 2º Grupamento de Engenharia e construção Gentil Nogueira Paes faz algumas recomendações ao Diretor de obras da BR-174. O intuito do comandante é ter segurança no trabalho de construção, na passagem pelo rio Alalaú:

Of nº 032 – E2-CONF
Manaus-AM em 24 de outubro de 1974
Do Comandante do 2º Gpt e Const

Ao Sr Diretor de Obras de Cooperação

Assunto: Problema dos índios ATROARIS-WAIMIRIS

[...]

- a. É necessário que a FUNAI mantenha um ou mais sertanistas, bem como elementos especializados em problemas indígenas, conhecedores dos idiomas dos ATROARIS-WAIMIRIS, junto as turmas de trabalho do 6º BEC, particularmente as mais avançadas, a fim de facilitar o entendimento por ocasião dos futuros contatos com os índios, que certamente serão frequentes a partir da travessia do rio ALALAÚ. [...]

Gen Bda GENTIL NOGUEIRA PAES

Cmt do 2º Gpt e Cnst (Of nº 032 – E2-CONF, grifo nosso)

De acordo com esse excerto, pode-se inferir que havia uma preocupação por parte dos responsáveis pela rodovia, no que se refere a passagem pelo rio Alalaú. Foi nessas imediações, que ocorrera o conflito, no início do mês de outubro, com a participação do líder Waimiri-Atroari Comprido. Os motivos para a presença deste no local são diversos, no entanto, a presença dos trabalhadores, das máquinas a invasão do território talvez tenha revoltado a liderança indígena, que por sua vez liderou o conflito em tela.

Outro aspecto que pode ser destacado nessa fonte está relacionado com o “assunto” do documento, ou seja, o “problema dos índios Atroaris Waimiris”. Nesse contexto, pode-se inferir que se os responsáveis por fazer circular os documentos pela comunidade de informações estavam caracterizando os Waimiri-Atroari como um problema, é possível afirmar que a resistência deles estava ecoando, na medida em que a defesa de seu território não estava nos planos do governo na época, sendo este responsável pelo avanço sobre as terras indígenas com a construção da BR-174.

Portanto, a presença da expressão “O problema Waimiri Atroari” no título deste capítulo justifica-se por isso. A documentação tida para análise acaba externando essa visão sobre esses indígenas, reforçando o quanto seu processo de resistência esteve presente, não facilitando para os responsáveis pela construção da estrada a passagem do traçado da mesma naquele território.

Em um outro documento, assinado pelo comandante do 2º Grupamento de Engenharia e Construção GENTIL NOGUEIRA PAES, relata-se a dificuldade de se contratar pessoal para o trabalho nas Frentes de Atração:

Of nº 030 – E2-CONF
 Manaus-AM em 17 de outubro de 1974
 Do Comandante do 2º Gpt e Const
 Ao Exmo Diretor de Obras de Cooperação
 Assunto: Informação (Presta)

[...]

1. Compareceu a este Grupamento o Sr GILBERTO, sertanista que declarou que há dificuldades em arregimentar pessoal para ocupar os Postos da FUNAI, tendo em vista dois aspectos:
 - a. **Temor face ao massacre feito pelos Índios ATROARIS no início de outubro.**
 - b. O pequeno salário pago aos funcionários da FUNAI , o que não permite conseguir pessoal experimentado e apto para o serviço, obrigando-os a usar índios já aculturados, os quais não possuem a necessária vivência para enfrentar os problemas. [...] (Of nº 030 – E2-CONF, grifo nosso)

Em destaque no relato acima a referência feita ao ocorrido no Posto Indígena de Atração Alalaú II em 02 de outubro de 1974. O comandante do 2º Grupamento de Engenharia e Construção relato que o sertanista Gilberto Pinto se fez presente no grupamento para dizer que estava sendo difícil contratar pessoas para atuarem nos Postos. Um dos motivos para isso, no contexto do documento ora citado, foi o caso no Alalaú em 1974, episódio que ora nos ocupa. Destarte, a resistência dos Waimiri-Atroari a invasão de terras através dos ataques aos Postos da FUNAI acabou por trazer problemas aos responsáveis por essas instâncias.

Em dezembro de 1974 ocorreu um episódio no Posto do Abonari II, neste um dos que morreram foi o indigenista Gilberto Pinto, que então era chefe da FAWA. Isto posto, Eduardo Gomes assinala a mudança na direção da FAWA:

A Frente de Atração Waimiri-Atroari – FAWA, promovida pela FUNAI, continuou os seus trabalhos, mesmo com o ocorrido com Gilberto Pinto, no Posto de Atração Abonari II. O sertanista Apoena Meirelles foi designado para dar continuidade à tentativa de pacificação. (SILVA FILHO, 2015, p. 76)

Apoena Meirelles assume a Frente de Atração Waimiri-Atroari (FAWA). Para iniciar as atividades, foi organizada uma expedição. No Jornal do Comércio do 22 de março de 1975, uma matéria sobre o assunto foi publicada, com o título *Expedição de Apoena segue para contatos com atroaris*. Nesta, é descrito a constituição da expedição do sertanista:

Com uma expedição de vinte homens, entre os quais seis índios xavantes e dois suruís, o sertanista Apoena Meirelles segue hoje para a região onde se encontram os silvícolas atroaris-waimiris, a fim de com eles restabelecer contatos, dando início a verdadeira fase de pacificação. (JORNAL DO COMÉRCIO, 1975)

No Jornal O Estado de São Paulo, edição do dia 28 de março do mesmo ano, com matéria intitulada *Apoena Meirelles procura atroaris*, o assunto da expedição também é abordado:

O sertanista Apoena Meirelles deixou ontem o posto indígena de Alalau em direção à Cachoeira Criminosa, onde tentará estabelecer o primeiro contato com os waimiris-atroaris, depois do massacre de dezembro, quando morreu o sertanista Gilberto Pinto. [...] Há três dias a equipe de atração realiza entradas de reconhecimento sem, até agora, ter sido contato com os waimiris-atroaris. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1975)

A passagem do sertanista Apoema Meirelles pelo território Waimiri-Atroari, junto com sua expedição, resultou em um relatório que será apresentado, em fragmentos, alguns dos comentários deste sobre o ocorrido no Posto de Atração Alalau II:

INFO Nº 1069 S-102-A12-CIE/ 75
Do: Sert. APOEMA MEIRELLES
Ao: Exmo. Sr. Gen. ISMARTH A. OLIVEIRA
DD: Presidente da FUNAI
Ass.: Relatório (apresenta)

Ao chegar em Manaus, procedente de Brasília, as pessoas com que mantive contatos mostravam-se profundamente revoltadas contra os índios Waimiri-Atroari por causa do ocorrido no Abonari II. Mesmo em Brasília, todos pediam que eu tivesse cuidado com os “traíçoeiros” Waimiri-Atroari. [...] Passemos agora aos fatos que me foram narrados por elementos da FUNAI em atividade comigo nesta Frente de Atração o sobreviventes de conflitos anteriores. [...] MARIO MOURA ALVES me declarou que no conflito havido no P.I.A. ALALAU II no dia 02 de outubro de 1974, foi morte um sobrinho do Capitão Comprido da área do ALALAU, fato que deixou os índios terrivelmente revoltados. (INFO Nº 1069 S-102-A12-CIE/ 75)

O relatório de Apoena Meirelles é endereçado ao então presidente da Funai General Ismarth Oliveira. Na apresentação do mesmo, o sertanista já assinala os pedidos de cuidado que ele recebeu ao chegar em Manaus. A memória sobre o caso ocorrido no Frente de Atração Abonari II – a morte do sertanista Gilberto Pinto da Costa Figueiredo – ainda pairavam na opinião pública. Isso se deve as reportagens divulgadas na imprensa alegando a periculosidade dos Waimiri-Atroari.

Apoena narra os acontecimentos, isto é, os conflitos que ocorreram nas Frentes de Atração. Em seguida, busca apresentar suas explicações e as soluções para o fim destes. Neste interim, os acontecimentos por ele retratados nos ajudam a reconstruir o conflito no Alalau II, na medida em que fora registrado nos relatórios da época. Assim, nota-se:

Vejamos, por exemplo, o ocorrido no ALALAUÍ II:
Relatório do Sert. Gilberto P. Figueiredo datado do dia 1º de novembro de 1974 – pág. V:
“Em seus esclarecimentos, o servidor Esmeraldo Miguel Neto, nos informou que no dia da ocorrência, tudo parecia normal, tendo ele e o servidor Evaristo Miquilis combinado que iriam caçar com tres índios. Ele chegou até a avisar aos índios que não precisariam levar os arcos e as flechas, porém os índios não concordaram em deixar os apetrechos. Saíram então, deixando os servidores Adão Vasconcelos e Faustino Cruz no P.I. (Posto Indígena). Caminharam pela roça entraram na mata, e logo ouviram tiros de espingarda provindo do P.I, ambos quiseram retornar, porém os índios não concordaram, dizendo “camambá”, “camambá”, que significa “vamos, vamos”. Seguiram meio desconfiados, e ao chegarem ao igarapé, ouviram estalos de arcos, mal tiveram tempo de se virar e foram atingidos por flechadas atiradas pelas costas, atingindo ao Evaristo nas costas, na altura dos rins e ao servidor Esmeraldo no ombro e na perna. Protegeram-se amparados pela vegetação, fizeram uso de suas espingardas, dando tiros para o alto, para afugentar os indígenas, porém eles não tiveram medo dos tiros da mesma, e só fugiram quando o servidor Esmeraldo Miguel começou a sacar o revólver do coldre, não chegando a fazer uso do mesmo porque os índios correram para o meio do mato e fugiram.” (INFO Nº 1069 S-102-A12-CIE/ 75, Relatório)

Nesta parte do relatório, Apoená resgata as considerações de Gilberto Pinto sobre o Ataque ao Posto de Atração Alalaú II. A partir dele, é possível compreender como possivelmente ocorreu o ataque. Como já foi dito, saíram para caçar os funcionários da FUNAI Esmeraldo Miguel Neto e Evaristo com mais alguns indígenas – com base no relato acima, foram três índios. Observa-se que os mesmos ainda solicitaram aos indígenas para não levarem seus arcos e flechas – talvez eles já estivessem receosos de algum ataque –, mesmo assim, os Waimiri-Atroaris levaram seus utensílios de caça.

Os funcionários chegaram a ouvir tiros que viriam da direção do Posto de Atração. Provavelmente Adão Vasconcelos, Odencil Santos e Faustino Lima já estavam sob ataque. No entanto, eles não voltaram ao posto, e em seguida foram atacados pelos indígenas que saíram com eles para caçar. Tanto Esmeraldo Miguel Neto quanto Evaristo Miquilis foram atingidos por flechas no ataque, mesmo assim empreenderam fuga em direção ao desmatamento da BR-174, na expectativa de serem resgatados.

Supracitado, Esmeraldo Miguel Neto foi resgatado nas margens da BR-174 com o ferimento de flecha no ombro, em seguida foi encaminhado para Manaus, para receber os devidos cuidados médicos. O outro funcionário, Evaristo Miquilis também foi resgatado ainda com vida e foi encaminhado para Manaus, no entanto, este veio a

falecer dias depois. Em vista disso, o relatório de Apoena Meirelles descreve com maior objetividade os acontecimentos do ataque ao Posto de Atração Alalaú II.

No relatório de Gilberto Pinto revivido por Apoena Meirelles para tratar o retrospecto dos acontecimentos, segue o comentário:

Retrospecto dos acontecimentos verificados no ALALAÚ II, tirado do relatório do Sert. Gilberto, datado de 1º de novembro de 1974.

Às 17:00 horas do dia 30 de setembro de 1974, Gilberto falou pelo rádio da FUNAI em Manaus com os Postos Indígenas ALALAÚ I e II, ABONARI I e II e CAMANAÚ, tendo sido informado pelo Sr. Alcides de Oliveira, do P.I.A ALALAÚ I que os Srs. João Dionísio do Norte, Paulo Ramos e Luis Pereira Braga haviam saído do Posto ALALAÚ I às 6:30 horas, na canoa maior com o motor de popa Johnson de 6 H.P. Ao mesmo tempo, Gilberto contactou com o P.I. ALALAÚ II, onde os servidores Faustino Cruz e Adão Vascelos lhe informaram estarem aguardando a chegada do Sr. Dionísio e companheiros para as primeiras horas da noite. (INFO Nº 1069 S-102-A12-CIE/ 75)

Gilberto Pinto manteve contato com os Postos de Atração – Camanaú, Alalaú I, Alalaú II, Abonari I e Abonari II – no dia 30 de setembro de 1974, como foi visto acima, e tomando conhecimento do partido dos três funcionários da FUNAI rumo ao Posto de Atração Alalaú II. Segundo Porfírio de Carvalho, o último contato com o Posto de Atração Alalaú II foi no dia 01 de outubro de 1974, às 20 horas, em que foi relatado que os funcionários João Dionísio do Norte, Luiz Braga e Paulos Ramo não tinham chegado no referido posto, no entanto, tuxaua Comprido se fez presente junto de alguns Waimiri-Atroari naquele dia (CARVALHO, 2014). Nesse contexto, segue mais uma parte do relatório com a retrospectiva dos fatos apresentada por Apoena Meirelles:

Dia 2, às 09:00 horas, Gilberto chamou todos os Postos da área e não obteve contato com o P.I. ALALAÚ II. Resumindo, o Sr. Dionísio e seus companheiros foram mortos no rio Alalaú, a caminho do P.I. ALALAÚ II. Como no P.I. ALALAU II estavam somente 4 servidores, os índios convidaram os Srs. Esmeraldo Neto e Evaristo Miquilis para caçar, ficando então no Posto os Srs. Adão Vasconcelos e Faustino Cruz – Dividir e atacar após confraternizar – regra usada por muitos índios ao contatarem com integrantes de “Frente Pioneira” sempre numerosas.

Neste choque, dois índios foram mortos e outros foram feridos, pois o único sobrevivente era justamente aquele que não portava revólver, ou seja, o Sr. Adão Vasconcelos. O outro sobrevivente, Sr. Esmeraldo, junto com seu companheiro Evaristo (os que saíram para caçar) não morreram na cilada armada porque reagiram. (INFO Nº 1069 S-102-A12-CIE/ 75)

No dia 02 de outubro ocorreu o ataque, evidenciado acima. Apesar do documento não citar, ainda falta a presença de mais um funcionário da FUNAI que estava no Posto de Atração no dia do ataque, o sertanista Odoncil Santos. No restante do texto, segue a narração do ocorrido com os dois funcionários que foram caçar com

os índios e os outros que acabaram ficando no Posto de Atração. Ainda neste documento, Apoena faz até sua própria observação sobre o caso, afirmando ser a estratégia dos índios dividir e separar os funcionários da FUNAI de modo a tornar o ataque mais efetivo.

O sertanista Apoena Meirelles acabou deixando a Frente de Atração dos Waimiri-Atroari. O fato foi registrado em reportagem do Jornal O Estado de São Paulo editada no dia 26 de outubro de 1975 com o título *Apoena denuncia ameaça ao índio*. Nesta, o sertanista fala sobre sua saída da frente de atração:

As coisas hoje em dia estão muito difíceis para os nossos índios. As reservas estão cercadas pelas agropecuárias e cortadas pelas estradas. A civilização chegou de maneira violenta às proximidades das aldeias e os índios não estão preparados para diferenciar o “bom civilizado” do “mau civilizado”, confraternizando-se com todo mundo: tuberculosos, bandoleiros, prostitutas” [...] Este desabafo foi feito em Brasília, pelo sertanista Apoena Meirelles que se desligou da frente de atração dos índios waimiris-atroaris, devendo agora assumir a função de assessor especial da Funai. [...] Defensor intransigente de uma política de preparação gradativa do índio para a sua integração na sociedade envolvente, o sertanista levanta uma série de questões: “Vamos integrar o índio em quê? No meio dos nossos famintos e maltrapilhos párias dos grandes centros urbanos? Ou no meio daqueles que moram na periferia das suas reservas, que vendem miseravelmente sua força e capacidade de trabalho aos substitutos atuais dos senhores de engenho e coronéis de sertão? Vamos colocar nossos índios como uma mão-de-obra mais barata e fácil de ser explorada, oprimida, submetida às artimanhas dos grandes proprietários de agropecuárias e colonizadoras?”. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1975)

Com isso, ele acaba externando sua perspectiva sobre o indigenismo praticado, e suas observações sobre o caso dos Waimiri-Atroari. Questiona-se qual seria a vantagem para esses índios se integrarem a sociedade nacional. Assim, finda sua participação na frente de atração Waimiri-Atroari, e segundo a reportagem, Apoena vai ingressar em outros cargos na FUNAI.

Relatório da Comissão Nacional da Verdade, fala-se sobre as violações dos direitos dos indígenas que “Não são esporádicas nem acidentais essas violações: elas são sistêmicas, na medida em que resultam diretamente de políticas estruturais de Estado, que respondem por elas, tanto por suas ações diretas quanto pelas suas omissões.” (CNV, 2014, p. 204, TOMO II) A atuação da FUNAI nas Frente de Atração parece convergir para a conclusão do CNV, na medida em que eles se tornaram a ponta de lança do contato com os índios Waimiri-Atroari, na abertura da rodovia BR-174.

Para as populações indígenas, a percepção e relação com o território é diferente da sociedade nacional. Nesta perspectiva, a terra é possibilidade de eles reproduzirem sua existência, tendo ela como sua morada e fornecedora dos seus víveres. Assim, quando se invade o território indígena, está se colando um dos maiores bens que essas populações tem. Logo, ficar de braços cruzados observando esse processo de invasão não é uma opção para alguns grupos indígenas, este era o caso dos Waimiri-Atroari, que resistindo bravamente as investidas em seu território.

Para o historiador Eduardo Gomes, em relação aos conflitos de resistência, ele afirma que:

(...) não pode ser visto como um ato de violência gratuita e sim de violência legítima, ancorada na autodefesa de comunidades ameaçadas por doenças, destruição de seu ambiente, invasão de suas terras, desrespeito as suas instituições e pela expansão dos brancos sobre seu território. (SILVA FILHO, 2015, p. 70)

O mesmo historiador, referindo-se aos Waimiri-Atroari e sua resistência diz que “A violação do seu modo tradicional de vida foi um dos fatores para a sua resistência, que se deu a partir de várias formas, entre elas, podemos inferir os ataques a flechas, terçados e bordunas, praticados com as expedições da Frente de Atração.” (SILVA FILHO, 2015, p. 79) Essas foram alguns das formas de resistência empregada por esse grupo indígenas. Portanto, o protagonismo desse povo foi realizado efetivamente, através de suas ações diretas ou indiretas na defesa de seu território tradicional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar e discutir a resistência dos Waimiri-Atroari frente a invasão de seu território no processo de construção da rodovia BR-174. O recorte da pesquisa recaiu sobre os conflitos entre os indígenas e funcionários da FUNAI nos Postos Indígenas de Atração, mais especificamente no episódio ocorrido em outubro de 1974 no P.I.A. Alalaú II, no rio Alalaú. Em vista disso, alguns dos desafios da pesquisa seria narrar esse fato a partir da documentação desclassificada que foi utilizada e levando em consideração as questões que envolvem a escrita da história indígena, como por exemplo não partir de uma perspectiva dos índios como sendo vitimizados, e sim como agentes de sua própria história.

Nesse sentido, foi possível constatar que a ação dos Waimiri-Atroari através das investidas contra Postos de Atração constituiu uma das formas de sua resistência. Como foi visto no decorrer do trabalho, o uso da violência não foi gratuito, mais sim uma forma de reagir ao avanço sobre eles e suas terras, ocasionando uma ação legítima. À vista disso, é possível compreender que o território indígena acaba assumindo um papel fundamental nessas sociedades, na medida em que é este que garante a reprodução do modo de vida dessas populações.

Considerando a construção da BR-174 – que cortou o território dos Waimiri-Atroari – uma motivação significativa para reação por parte dos indígenas, com a pesquisa foi possível identificar outros aspectos que contribuíram para o ocorrido no Posto de Atração Alalaú II. Como foi constatado no relatório do Comitê Estadual da Verdade do Amazonas, nesse período da construção da rodovia os Waimiri-Atroari sofreram um genocídio, como demonstra os dados demográficos, além disso, existe a afirmação sobre os ataques feitos pelos militares as aldeias desses indígenas. Nesse contexto, foi possível assinalar que além da passagem do traçado da rodovia pelas imediações do rio Alalaú – próximo ao P.I.A. Alalaú II – um possível ataque a uma aldeia que organizava uma festividade que reuniria os Waimiri poderia ter contribuído para que os índios se dirigissem aos postos protagonizassem o episódio em tela.

Na documentação que foi utilizada, assim como nos jornais e até mesmo no relato indigenista Porfírio de Carvalho, quando se referem ao ocorrido no Alalaú II em outubro de 1974 o denominam de “ataque” ou mesmo “ataque dos Waimiri Atroari”.

Todavia, na perspectiva da luta pela defesa de seu território, resistindo a esse processo, pode-se dizer que o uso do termo “ataque” para se referir ao caso mostra-se complexo. Pois, a ação inicial foi daqueles que resolveram passar o traçado na rodovia por dentro do território tradicional daqueles índios, logo a atuação deles em defesa de suas terras não se caracterizaria como um ataque, mais sim como uma reação ao processo que estava acontecendo. Portanto, propor essa releitura parece pertinente, na medida em que uma leitura apressada por pode produzir interpretações que não são verossímeis.

Colocando em perspectiva, a pesquisa não verificou os impactos em relação ao meio ambiente e nos aspectos sociais no que se refere ao território e aos Waimiri-Atroari. O processo de construção da BR-174 foi a porta de entrada para outros projetos de exploração econômica naquelas terras. Além disso, muitos outros conflitos e episódios de resistência foram registrados nesse primeiro momento de avanço sobre as terras dos Waimiri-Atroari. Portanto, a pesquisa não concluiu essa dimensão da análise. Nesse sentido, essas e outras questões podem ser observadas por outros pesquisadores no intuito de contribuir com pesquisa histórica sobre esse período da História do Brasil contemporâneo.

FONTES

BRASIL. Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l1806.htm>. Acesso em: 03 nov. 2021.

BRASIL. Lei nº 5173, de 27 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5173.htm> Acesso em: 03 nov. 2021.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2). CNV, 2014. 402 p. Tomo II.

RELATÓRIO DO COMITÊ ESTADUAL DA VERDADE. *O genocídio do povo WaimiriAtroari*. Manaus, 2012, 92 p.

JORNAL DO COMÉRCIO. *Maruaga ou Comprido comandou a matança da expedição de Gilberto*. Manaus, 23 de fevereiro de 1975.

_____. *Expedição de Apoena segue para contatos com atroaris*. Manaus, 22 de março de 1975.

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. *FUNAI acha mais um sertanista morto pelos atroaris*. São Paulo, 06 de outubro de 1974.

_____. *Caído na mata o sobrevivente*. São Paulo, 08 de outubro de 1974.

_____. *Sugerida a mudança dos atroaris*. São Paulo, 21 de janeiro de 1975

_____. *Apoena Meirelles procura atroaris*. São Paulo, 28 de março de 1975.

_____. *Apoena denuncia ameaça ao índio*. São Paulo, 26 de outubro de 1975.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. CMT 2º GPT E CNST – SNI, Agência de Manaus – Protocolo nº 3298, 10 out 1974).

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. OF. Nº 032 – E2 – CONF

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. OF. Nº 030 – E2 – CONF

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. INFO Nº 1069 S-102-A12-CIE/ 75, Relatório)

REFERÊNCIAS

- BACELLAR, C. Uso e mau uso dos arquivos. In. PINSKY, C. B. (org.). *Fontes históricas*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- BAINES, Stephen Grant. "*É a FUNAI que sabe*": A Frente de Atração Waimiri-Atroari. Belém: MPEG/CNPq/SCT/PR. 1990.
- BARROS, J. D. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- BATISTA, I. M. S. *A natureza nos planos de desenvolvimento (1955-1985)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2016.
- BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. *ESTUDOS AVANÇADOS* 19 (53), 2005.
- BOMFIM, P. R. A. Fronteira Amazônia e planejamento na época da ditadura militar no Brasil: Inundar a hileia de civilização? *B.goiano.geogr.* Goiânia, v. 30, n. 1, p. 13-33, jan./jun. 2010.
- BORGES, N. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, J.; DELAGADO, L. A. N. (Orgs.). *O Brasil republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Vol. 4.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2). CNV, 2014. 402 p. Tomo II.
- CARLOMAGNO, M. C.; ROCHA, L. C. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, vol. 7, n. 1, 2016.
- CARVALHO, J. P. F. *Waimiri Atroari: A história que ainda não foi contada*. 2ª. Ed. Manaus: BK Editora, 2014.
- CAVALCANTE, R. B.; CALIXTO, P.; PINHEIRO, M. M. K. Análise de Conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. *Inf. & Soc.:Est.*, João Pessoa, v.24, n.1, p. 13-18, jan./abr. 2014.
- FICO, C. A Ditadura Documentada: Acervos desclassificados do regime militar brasileiro. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 21, nº 2. p. 67-78, jul/dez 2008.
- FICO, C. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05- 74. jan./abr. 2017.

FICO, C. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, J.; DELAGADO, L. A. N. (Orgs.). *O Brasil republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Vol. 4.

FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, p.29-60 – 2004.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

HECK, E.; LOEBENS, F.; CARVALHO, P. C. Amazônia indígena: conquistas e desafios. *ESTUDOS AVANÇADOS* 19 (53), 2005. P. 237-255.

ISHAQ, V.; FRANCO, P. E. Os Acervos dos Órgãos Federais de Segurança e Informações do Regime Militar no Arquivo Nacional. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 21, nº 2. p. 29-42, jul/dez 2008.

MINAYO, M. C. S (org.). Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: _____. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 21ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MONTE, Paulo Pinto. *Etno-história Waimiri-Atroari (1663-1962)*. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Universidade de São Paulo. São Paulo: PUC, 1992.

MIRANDA, Camila Barbosa Monção. Ditadura Militar e Amazônia: Desenvolvimentismo, representações, legitimação política e autoritarismo nas décadas de 1960 e 1970. 2018. 258 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

QUEIRÓS, C. A. B. “Amazônia em armas”: luta e resistência contra a ditadura militar no Amazonas. *REVISTA LABIRINTO*, PORTO VELHO (RO), ANO XIX, VOL. 31 (JUL-DEZ), N. 1, P. 38-57. 2019b.

QUEIRÓS, C. A. B. “Que fizeram com meu pai?”: sindicalismo e ditadura no Amazonas. *Revista Escrita do Tempo*. v. 2, n. 4, mar-jun/2020. p. 183-206.

QUEIRÓS, C. A. B. O golpe de 1964 no Amazonas e a deposição do governador Plínio Coelho. *Antíteses*, Londrina, v.11, n. 22, p. 542-562, jan-jul. 2019a.

RELATÓRIO DO COMITÊ ESTADUAL DA VERDADE. *O genocídio do povo WaimiriAtroari*. Manaus, 2012, 92 p.

RENHA, Carlos Eugenio Aguiar Pereira de Carvalho. *A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a política de desenvolvimento regional e o Amazonas (1953-1966)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

RIDENTI, MARCELO. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

SACRAMENTO, E. D. Processos de resistência na Amazônia nos tempos da Ditadura Civil-Militar: entre a memória e a história. *Revista Moara* – Edição 44 – jul - dez 2015, Estudos Literários. P. 101-119

SANTOS, F. J. *Além da Conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia pombalina*. 2. Ed. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2002.

SILVA FILHO, E. G. A Amazônia e o plano de integração nacional: os projetos de expansão e o avanço do capital nas sociedades tradicionais. *Revista Tempo Amazônico*, V. 3, N.2, jan-jun de 2016, p. 136-152.

SILVA FILHO, Eduardo Gomes da. *Projetos Desenvolvimentistas na Amazônia e a Resistência dos Waimiri-Atroari (1964-2014)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas: ICHL, 2015.